

TCC/UNICAMP
Z17c
IE/966

Monografia



1290000966



IE

TCC/UNICAMP Z17c

CAPITAL ESTRANGEIRO PRODUTIVO: SUA IMPORTÂNCIA, PARTICIPAÇÃO
E PROBLEMAS CAUSADOS NA ECONOMIA BRASILEIRA RECENTE.

Marcílio Zanoni Jr.

Investimentos estrangeiros - Brasil

Monografia de Graduação apre-
sentada ao Instituto de Econo-
mia da UNICAMP.

Orientador: Prof. Waldir Qua-
dros.

Campinas, dezembro de 1989. ✓

à minha família e aos meus
verdadeiros amigos o que,
neste mundo-cão, é o que
realmente importa.

AGRADECIMENTOS

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao Prof. Waldir Quadros pela magnífica orientação que recebi durante a elaboração do projeto de monografia e da monografia em si. Acredito que sem seu auxílio, esta monografia jamais chegaria a ser terminada. Gostaria também de deixar claro que o processo de trabalho foi dos mais produtivos e prazerosos, sendo que o professor sempre me estimulou a encontrar problemas novos e suas respectivas respostas. Houve, na minha opinião, uma forte interação entre o Prof. Waldir e eu, com muitas reuniões de discussão sobre o tema em questão, o que me foi muito importante para conhecer como desenvolve-se um trabalho acadêmico e para tomar contato com várias idéias novas sobre o capital estrangeiro no Brasil. Por tudo isso e também pelas conversas a nível pessoal que em alguns momentos foram muito importantes, expresso aqui minha profunda estima e gratidão ao Prof. Waldir.

Sou grato também ao Prof. Carlos Alonso por aceitar compor minha banca examinadora.

Agradeço também às funcionárias do Centro de Documentação Lucas Gamboa do Instituto de Economia da UNICAMP pela paciência que tiveram comigo e pela ajuda prestada na consulta de textos e elaboração da bibliografia desta monografia.



VICAMP

Por fim, agradeço aos funcionários do Xerox do Centro Acadêmico de Economia (Caeco) pelas fotocópias tiradas rapidamente em momentos de afobação e necessidade.

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	1
---------------------------	---

Capítulo 1:

<i>-revisão do pensamento de alguns importantes autores sobre o papel do capital estrangeiro produtivo no processo de industrialização brasileira</i>	3
---	---

Capítulo 2:

<i>-participação das empresas estrangeiras em alguns dos mais importantes setores da economia brasileira</i>	19
<i>* mineração</i>	21
<i>* material eletroeletrônico</i>	24
<i>* telecomunicações</i>	25
<i>* informática</i>	26
<i>* microeletrônica</i>	27
<i>* eletrônica de entretenimento/eletrodomésticos</i>	28
<i>* equipamentos mecânicos</i>	29
<i>* material de transporte</i>	31
<i>* química e petroquímica</i>	32
<i>* farmacêutica</i>	33
<i>* papel e celulose</i>	34

* <i>borraça</i>	35
* <i>alimentos</i>	36
* <i>fumo</i>	36

Epílogo:

-conclusões e propostas dos principais partidos políticos quanto a alocação do capital estrangeiro produtivo no Brasil.....	38
* <i>F.D.T.</i>	42
* <i>P.S.D.B.</i>	43
* <i>P.M.D.B.</i>	45
* <i>P.R.N.</i>	47
* <i>P.T.</i>	48

<i>Notas do capítulo 1</i>	51
----------------------------------	----

<i>Notas do capítulo 2</i>	53
----------------------------------	----

<i>Notas do epílogo</i>	54
-------------------------------	----

<i>Bibliografia</i>	56
---------------------------	----

SUMÁRIO DAS TABELAS

Tabela 1:

Brasil - Maiores empresas do setor de mineração - 1985.....22a

Tabela 2:

Brasil - Maiores empresas do setor de metalurgia - 1985.....23a

Tabela 3:

Brasil - Principais produtores de vidro e cristal - 1985.....24a

Tabela 4:

Brasil - Principais fabricantes de material elétrico - 1985.....24b

Tabela 5:

Brasil - Principais firmas do mercado de telecomunicações - 84..26a

Tabela 6:

Brasil - Maiores empresas de informática (equipamentos) - 1986..27a

Tabela 7:

Controle das principais empresas de eletrônica de consumo.....28a

Tabela 8:

Brasil - Principais produtores de bens de consumo eletrônicos...28b

Tabela 9:

Brasil - Empresas de caldeir., geral., esp. e equip. térmicos-86..30a

Tabela 10:

Brasil - Empresas de equip. e maquinaria mecânicos - 1986.....30b

Tabela 11:

Brasil - Produtores de máquinas-ferramentas - 1985.....30c

Tabela 12:

Brasil - Produtores de BK (exceto robôs e MFCN) - 1985.....31a

Tabela 13:

Brasil - Montadoras - 1985.....31b

Tabela 14:

Brasil - Fabricantes de autopeças - 1985.....31c

Tabela 15:

Brasil - Empresas de material de transporte - 1985.....32a

Tabela 16:

Brasil - Maiores produtores de química e petroquímica - 1985....33a

Tabela 17:

Brasil - Maiores produtores da indústria farmacêutica - 66/67...34a

Tabela 18:

Brasil - Principais empresas do setor de celulose - 1985.....34b

Tabela 19:

Brasil - Principais empresas de papel e celulose - 1985.....35a

Tabela 20:

Brasil - Transform. de borracha - Maiores produtores - 1985.....35b

Tabela 21:

Brasil - Principais empresas do setor de alimentos - 1985.....36a

Tabela 22:

Brasil - Indústria de fumo - 1985.....36b

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

1989. A crise econômica está à nossa porta (se é que já não está instalada confortavelmente em nossa sala-de-estar) constringendo o crescimento do país. Já para este ano, prevê-se que a economia deva ter um crescimento negativo. Isto implica em uma provável recessão que, certamente, trará consequências desagradáveis para o nível de emprego, de salários, etc... o que, para um país como o Brasil onde o nível de vida da maioria da população é muito baixo, é, no mínimo, preocupante; principalmente neste contexto de instabilidade política e social que o país atravessa, já que uma recessão poderia agudizar a instabilidade com consequências pouco previsíveis quanto à sobrevivência da democracia engatinhante em que vive o Brasil.

Neste sentido, é consenso que se deva assegurar a continuidade das (re)nascentes instituições democráticas ao mesmo tempo em que se busque caminhos para levar o país de volta aos trilhos do crescimento e desenvolvimento econômicos. Para tanto, necessitar-se-á de uma política de planejamento que repense os papéis assumidos até agora pelo Estado, pelo capital privado nacional e pelo capital estrangeiro (as três pernas sobre as quais, até hoje, apoiou-se o desenvolvimento e crescimento nacionais) e que encontre soluções que viabilizem a volta do crescimento e desenvolvimento econômicos para o país.

Obviamente não é o objetivo desta monografia a elaboração de um plano de desenvolvimento para o Brasil. Este seria um projeto demasiado ambicioso e pretencioso para um mero estudante que termina a graduação.

Esta monografia preocupar-se-á com o desenvolvimento do país até o presente momento. Neste sentido, procurará ater-se ao papel que o capital estrangeiro (principalmente o capital estrangeiro produtivo) teve e tem nesse processo de desenvolvimento e à sua participação e importância na economia brasileira recente.

Assim, esta monografia contará, numa primeira parte, com uma revisão tratando dos enfoques dados por vários autores à importância do capital estrangeiro na economia brasileira antes e até a fase de implantação da indústria pesada (meados da década de 50). Partirei, para isso, dos autores cepalinos e concluirei a revisão com "O Capitalismo Iardio". Além disso, esta primeira parte tratará também dos motivos que levaram o capital estrangeiro produtivo (via multinacionais) a instalar-se no Brasil em meados da década de 50.

A segunda parte da monografia consistirá num mapeamento da participação das multinacionais nos principais setores da economia nacional, visando, assim, dar uma idéia a respeito de sua verdadeira importância na economia brasileira.

A terceira e última parte contará com um levantamento sobre as visões dos principais partidos políticos que disputam a eleição presidencial no que tange o capital estrangeiro produtivo quanto ao seu papel, sua importância para o país e como deverá ser ele tratado de agora em diante a fim de que sua atuação seja sinérgica com a do governo na busca de um caminho que leve o país ao pleno desenvolvimento.



ARQUIVO NACIONAL

CAPÍTULO I:

"REVISÃO DO PENSAMENTO DE ALGUNS IMPORTANTES
AUTORES SOBRE O PAPEL DO CAPITAL ESTRANGEIRO
NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA."

A CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina) sempre realizou estudos procurando apreender o processo de desenvolvimento econômico da América Latina. Neste sentido ela tem, desde há muito tempo, tentado determinar os fatores relevantes que participaram e participam do desenvolvimento latino-americano e como estes atuaram e atuam neste processo. Um destes fatores é o capital estrangeiro, objeto de minha investigação. Nas páginas que seguem tentarei mostrar a evolução que o pensamento cepalino sofreu, ao longo do tempo, na forma de encarar o capital estrangeiro quanto ao seu real papel no desenvolvimento da América Latina, em especial, no desenvolvimento e industrialização brasileiros.

Cabe ressaltar que a idéia primordial dos pensadores cepalinos era de que o capital estrangeiro tinha como função básica a superação de estrangulamentos no balanço de pagamentos. Com o passar do tempo e através do aprofundamento de pesquisas e discussões sobre a realidade brasileira, essa idéia foi amadurecendo e ganhando contribuições de diversos autores até o reconhecimento por MARIA CONCEIÇÃO TAVARES (1) de que, além de superar desequilíbrios no balanço de pagamentos, o capital estrangeiro foi também o caminho para que se pudesse superar barreiras tecnológicas impostas pela tentativa de industrialização pesada em meados do século XX.

Vejamos, então, como se deu a evolução do pensamento cepalino no que se refere ao capital estrangeiro através das contribuições e dos argumentos desenvolvidos por alguns importantes autores como: RAUL PREBISCH (2), ANÍBAL PINTO (3), MARIA CONCEIÇÃO TAVARES e CELSO FURTADO (4).



PREBISCH via no capital estrangeiro a forma para se superar a tendência estrutural de desequilíbrio no balanço de pagamentos ao qual, para ele, os países subdesenvolvidos estavam sujeitos. Esse desequilíbrio surgiria da seguinte forma: a introdução de progresso técnico na agricultura levaria a um aumento de produtividade, de forma que uma quantidade menor de mão-de-obra poderia produzir a mesma quantidade de produtos que antes. Isso teria duas implicações: primeiro, geraria um excedente de mão-de-obra e, segundo, um acréscimo de renda real da população proveniente da agricultura (ou os produtores teriam seus lucros aumentados ou os preços dos produtos seriam rebaixados beneficiando os compradores). Esse aumento de renda real refletir-se-ia numa maior demanda por importações. Já o aumento da mão de obra excedente deveria ser absorvido através da industrialização (caso a mão de obra excedente fosse absorvida, haveria novo aumento de renda com o consequente aumento da demanda por importações). A industrialização geraria uma necessidade de bens de capital e a única forma de consegui-los seria a importação, o que também contribuiria para aumentar a demanda por importações. Diante desse aumento enorme das importações, só não haveria desequilíbrio no balanço de pagamentos se as exportações crescessem ao mesmo ritmo que as primeiras e, além disso, os termos de troca permanecessem constantes. No entanto, isso não aconteceu. O que ocorreu foi a perda da capacidade de importar por parte do Brasil por dois motivos: primeiro, pela queda do "quantum" das exportações brasileiras, ou seja, na quantidade de produtos exportados pelo Brasil; segundo, pela deterioração dos termos de troca dos produtos brasileiros. Como a demanda por importações aumentou e a capacidade de

importar diminuiu, houve o desequilíbrio no balanço de pagamentos. Havendo o desequilíbrio externo, a sua superação seria viabilizada através do capital estrangeiro que entraria no país, basicamente, de duas maneiras: através de empréstimos ou de empresas estrangeiras que se estabelecessem no país. Algo interessante a ser destacado é que a instalação de empresas estrangeiras no país era vista como entrada de divisas. Outro fato a ser destacado é que, no argumento de PRÉBISCH, os aumentos do *custo* real da população refletem em aumentos na demanda por importações. Isso pode ser justificado pelo período histórico que sua análise abrange (décadas de 30 e 40) quando o processo de substituição de importações estava apenas engatinhando e muitos bens de consumo precisavam ser importados.

ANÍBAL PINTO também atribui ao capital estrangeiro o papel de meio para se superar desequilíbrios externos. Sua análise parte da constatação da existência de uma heterogeneidade estrutural entre os vários setores da economia brasileira. Essa heterogeneidade surgiria da não-difusão do progresso técnico dos setores que obtêm este progresso para os mais atrasados. Mesmo quando, na economia brasileira, o setor exportador era o mais dinâmico, este problema já podia ser notado: o setor exportador crescia "para fora" baseado na demanda externa e o resto da economia praticamente vegetava; a demanda externa estimulava o setor exportador que não irradiava seu progresso tecnológico para os outros setores da economia (o único estímulo que o setor exportador gerava para o resto da economia era o aumento da renda interna decorrente da atividade exportadora). Com o crescimento e desenvolvimento do setor industrial, o problema se agravou. Este setor reali-

zava inovações tecnológicas muito mais rapidamente que os outros setores sem, contudo, difundir essas inovações, acentuando a heterogeneidade. Uma consequência dessa heterogeneidade seria a existência de setores com produtividades muito díspares entre si. Assim, o setor industrial teria uma produtividade muito elevada se comparado com os setores agrícolas de exportação e consumo interno.

Resumindo: com o desenvolvimento econômico a heterogeneidade intra e inter setorial reinante na economia tende a se agravar cada vez mais; quando o setor mais dinâmico é o agrícola há heterogeneidade entre os setores de exportação e o de consumo interno (o de exportação tem produtividade maior); quando o polo dinâmico passa para a indústria, a heterogeneidade se aprofunda (a produtividade do setor industrial é maior que a do setor agrícola de exportação que, por sua vez, é maior que a do setor agrícola para consumo interno); quando parte-se da produção de bens tradicionais para a de bens de consumo durável, a heterogeneidade acentua-se ainda mais (o setor de bens de consumo durável tem produtividade maior que o setor de bens de consumo não durável, que é mais produtivo que o setor exportador que, por sua vez, é mais produtivo que a agricultura para consumo interno).

Com a industrialização, surge a necessidade de importações, principalmente de máquinas e de bens de capital em geral, já que o país não possuía um setor produtor destes bens. É essa necessidade de importação que vai gerar o desequilíbrio no balanço de pagamentos do Brasil, pois os recursos para importar são escassos. São escassos porque o setor exportador não se dinamiza e não é capaz de gerar as divisas necessárias à importação. Melhor dizendo: o setor exportador, o setor gerador de divisas, continuou sendo o mesmo apesar da industria-

lização, ou seja, o país continuou a exportar, praticamente, apenas produtos agrícolas e não diversificou sua pauta de exportações com produtos industrializados.

Cabe assinalar que no início, essa industrialização se deu (basicamente via substituição de importações) em setores tradicionais, de bens de uso corrente como: calçados, têxteis, alimentos, etc.... É o que A. PINTO chama de "fase fácil" da industrialização. A partir de meados dos anos 50, a "fase fácil" encontra seus limites, principalmente por causa do abarrotamento do mercado interno por produtos tradicionais, estando a demanda já satisfeita (5) e "do desaparecimento de faixas de substituição de importações que estimularam a substituição por indústrias domésticas." Assim, se se quisesse continuar o processo de industrialização, dever-se-ia partir para outros setores que não os tradicionais. Essa mudança de setor que deve ser feita para a continuidade da industrialização caracteriza a passagem da "fase fácil" para a "fase difícil" deste processo.

Mas, para se passar para a "fase difícil" havia um problema: as condições desfavoráveis do balanço de pagamentos. Para contornar esse problema recorreu-se ao auxílio do capital estrangeiro. O capital estrangeiro veio para o Brasil na forma de investimentos diretos, de modo que as atividades desenvolvidas pelas empresas que aqui se instalaram foram aquelas nas quais estas empresas tinham maior interesse e conhecimento. Por esse motivo as empresas multinacionais reproduziram, no Brasil, a base produtiva de seus países de origem, cujo carro chefe eram os bens de consumo durável.

A intenção era que o capital estrangeiro ajudasse a superar o desequilíbrio nas contas externas. No entanto, o que ocorreu foi o

agravamento deste desequilíbrio. Isso ocorreu, primeiro, pelo fato de as importações aumentarem por causa do maior componente importado relacionado às instalações das unidades produtivas desse novo setor (a produção nacional de bens de capital não atendia à demanda corrente dessas instalações) e de as empresas estrangeiras preferirem importar bens de capital, pois, muitas vezes, favoreciam suas matrizes e, segundo, pelo fato de que o setor exportador continuava o mesmo sem sofrer alterações por parte do novo setor instalado.

Para ANÍBAL PINTO, além deste, o recurso ao capital estrangeiro cria outros problemas. Um deles é a crescente estrangeirização do sistema produtivo brasileiro via aumento da propriedade estrangeira de unidades produtivas e tecnologias. A ampliação dessa estrangeirização leva a uma crescente dependência tecnológica em relação ao exterior e a um crescente enfraquecimento do país como centro de decisões (essa questão do enfraquecimento do país como centro de decisões será tratada com maiores detalhes logo adiante, quando for abordada a contribuição de CELSO FURTADO). Outro problema é a incapacidade de realizar-se parte importante dos pagamentos que deveriam ser feitos ao exterior (remessas de lucro, por exemplo), decorrentes da presença das empresas estrangeiras, por causa da inexistência de divisas. Essa inexistência de divisas é fruto da não diversificação do setor exportador com a industrialização que, por isso, além de não permitir os pagamentos ao exterior, também restringe a capacidade de importar do país. Como o país não tem condições de cumprir seus compromissos externos, há um aprofundamento da estrangeirização com a reinversão dos lucros.

Sob o ponto de vista de MARIA CONCEIÇÃO TAVARES, os investimentos estrangeiros também tiveram o papel de superar desequilíbrios externos. Mas, além disso, eles também foram a solução para se superar barreiras tecnológicas que dificultavam a industrialização.

Todo o seu argumento está baseado no processo de substituição de importações pelo qual passou o país a partir da crise dos anos 30, quando nossa capacidade de importar diminuiu muito.

Nessa época o comércio internacional desacelera-se violentamente e há uma forte queda nas receitas com exportação. Como a demanda por produtos importados continua a mesma, pois não há produtos nacionais para substituí-los, há o desequilíbrio externo o que força o governo a tomar medidas para conter as importações. Da associação dessa restrição à importações com a manutenção da demanda interna por produtos antes importados decorre uma elevação dos preços relativos das importações, o que incentiva a produção interna desses produtos. Inicialmente essa produção é feita utilizando-se e sobreutilizando-se a capacidade já instalada. Num segundo momento, utiliza-se a pequena capacidade de importar de que se dispõe para comprar bens de capital e insumos básicos para a instalação de novas unidades produtivas. Pode-se observar que desse processo de substituição surge um aumento na "demanda derivada" por importações (bens de capital e insumos básicos). Esse aumento da demanda por importações tende a ultrapassar a capacidade do setor exportador de gerar divisas, o que gera um novo estrangulamento externo, fazendo com que se inicie uma nova onda de substituições (corta-se importações menos essenciais para se importar insumos e bens de capital para a montagem de novas unidades substituidoras. Conforme esse processo se dá, as importações realizadas são ca-

da vez mais sofisticadas, com um nível tecnológico muito maior. Além disso a pauta de importações tende a ficar cada vez mais rígida, o que dificulta cortes de importações para liberar divisas para se importar os bens de capital e insumos básicos necessários. É neste contexto de desequilíbrio externo associado à necessidade de tecnologias cada vez mais sofisticadas que o capital estrangeiro tem uma importância fundamental na industrialização brasileira. Dos autores tratados até o momento, M. C. TAVARES é o que dá maior ênfase à questão da superação de barreiras tecnológicas.

É interessante destacar que a análise de M. C. TAVARES possui outros pontos em comum com a de A. PINTO, além do fato de o capital estrangeiro ser o meio para se superar desequilíbrios no balanço de pagamentos. Eles seriam: o capital estrangeiro que entra no país para ajudar a realizar a substituição de importações atende a seus próprios interesses e reproduz a estrutura produtiva de seus países de origem; por causa da elevada concentração de renda que existe no país, as atividades substituidoras se desenvolvem em função das classes mais beneficiadas e, quando a industrialização passa a se encaminhar ao setor de bens de consumo durável, a renda tende a concentrar-se ainda mais; a substituição começa por setores tradicionais, bens de consumo não-durável, para depois se estender aos bens de consumo durável. Uma diferença de ênfase entre as duas análises reside na explicação do surgimento do setor de bens de consumo durável. Para A. PINTO, o desequilíbrio do balanço de pagamentos requer a entrada de capital estrangeiro e este capital reproduz a estrutura produtiva que mais conhece: os bens de consumo durável. Já para M. C. TAVARES, diante da prévia

concentração da renda que existe na economia brasileira e que provoca a concentração do mercado de bens de consumo em torno de grupos restritos que possuem rendas mais elevadas, o processo de substituição de importações encaminha-se para o atendimento deste mercado restrito e, portanto, volta-se para a produção de "bens de luxo" (bens de consumo durável).

Para os autores até aqui abordados, ao capital estrangeiro coube, basicamente, a função de superar desequilíbrios no balanço de pagamentos, sendo que M. C. TAVARES avança, incorporando ao capital externo a função de superação de barreiras tecnológicas.

Uma análise menos apegada aos desequilíbrios do balanço de pagamentos é realizada pelo Prof. JOÃO MANUEL C. de MELLO (6) fora dos marcos cepalinos (7). Ele reconhece que o capital estrangeiro tem a função de superar desequilíbrios externos, mas essa não é sua principal tarefa. Para JOÃO MANUEL, a principal função do capital estrangeiro é a superação de barreiras à industrialização pesada brasileira. Essas barreiras seriam, basicamente, descontinuidades tecnológicas, volume e escala de capital necessários à montagem da indústria pesada e adviriam do fato de ela ter surgido, no Brasil, apenas em meados do século XX. Para JOÃO MANUEL, este surgimento em meados do século XX tem consequências sérias. Ao contrário do que ocorreu, por exemplo, na segunda revolução industrial quando o aumento de escala em uma indústria podia dar-se gradativamente, na industrialização pesada brasileira foi preciso superar, num só golpe, todas as descontinuidades descritas acima. A implementação dessa industrialização requereu, assim,

desde o início, imensos investimentos e economias de escala e a utilização de tecnologias extremamente avançadas, muitas vezes não disponíveis no mercado internacional mesmo tendo-se recursos para comprá-las. Ou seja, o Brasil teve que "queimar etapas" no seu processo de industrialização; não era possível começar a industrialização pelos têxteis, passar para a construção ferroviária e assim por diante, como ocorreu na Inglaterra; foi preciso, para que o Brasil se industrializasse plenamente, que se reproduzisse o padrão de industrialização mais avançado que existia à época. (8).

O capital estrangeiro teve, então, como função básica a superação de barreiras à industrialização que jamais poderiam ser transpostas pela burguesia nacional, quer sozinha, quer acompanhada pelo Estado. No entanto, é interessante perceber que, com a vinda do capital estrangeiro, a burguesia nacional e o Estado não ficaram marginalizados no processo de industrialização pesada. Muito pelo contrário; montou-se, nessa época, o "tripé" sobre o qual apoiar-se-ia a industrialização brasileira. Esse tripé seria formado: pelo capital estrangeiro, que teria as funções já descritas acima; pelo Estado, que teria basicamente a função de dotar o país com a infraestrutura necessária à industrialização; e pela burguesia nacional, a qual foi reservada setores para a sua atuação (setor de autopeças, por exemplo).

Nesse sentido, o capital estrangeiro, se não realizou sozinho a industrialização pesada brasileira, foi de importância crucial para que ela pudesse ser concretizada.

Constatada a importância do capital estrangeiro para a industrialização brasileira, é interessante tratar dos motivos que leva-

ram empresas estrangeiras a se instalar no Brasil nessa época (meados da década de 50).

Numa análise mais afoita, poder-se-ia pensar que as empresas estrangeiras vieram para o Brasil simplesmente para aproveitar os incentivos e as benesses que o Estado brasileiro lhes oferecia, como por exemplo: taxa de câmbio favorecida para a remessa de rendimentos e amortizações de inversões diretas; registro como poupança externa de possíveis inversões realizadas; prioridade e garantia de transferência de câmbio para o exterior às empresas favorecidas. (9).

No entanto, a questão é mais complexa do que parece. É fato que as benesses oferecidas pelo governo brasileiro cumpriram seu papel na atração das multinacionais. Mas houve um motivo mais importante que as levaram a sair de seus países de origem e se instalar no Brasil: a concorrência capitalista internacional. STEPHEN HYMER (10) trata bem deste assunto.

Segundo HYMER, logo após a segunda guerra mundial, as empresas norte-americanas possuíam enormes vantagens de organização, tecnologias, acesso a capitais e diferenciação de produtos sobre quaisquer outras. No entanto, quando ocorreu a recuperação da Europa e do Japão, estes desafiaram o poder das firmas americanas, pois utilizavam as mesmas tecnologias e métodos, até introduzindo-lhes melhoramentos.

Assim os americanos perceberam que suas vantagens poder-se-iam perder e que suas expansões poderiam ser frustradas dado que seus concorrentes estrangeiros cresciam cada vez mais rapidamente, abocanhando uma parcela cada vez maior do mercado mundial.

É por causa da acirrada concorrência entre grandes firmas no pós-guerra que estas resolvem realizar investimentos fora de seus paí-

ses de origem, rumo a países "periféricos"; não se queria perder espaço frente aos concorrentes.

HYMER trata mais do processo de internacionalização das empresas americanas. Mas não se deve esquecer que os mesmos motivos levaram as empresas européias e japonesas a seguirem o mesmo caminho. Aliás, foram estas que começaram a investir em países subdesenvolvidos como decorrência da necessidade de crescerem e expandirem-se frente à penetração das firmas norte-americanas em seus territórios, aproveitando-se das vantagens que tinham e do estado de destruição em que se encontravam a Europa e o Japão (11).

Assim sendo, foram não só os benefícios concedidos pelo Estado brasileiro, mas também e principalmente, a concorrência internacional o motivo que levou as multinacionais a se instalar no Brasil. Se não houvesse interesse por parte das multinacionais, o governo poderia conceder muitos benefícios sem, contudo, conseguir atraí-las.

Já sabemos, agora, quais os motivos que levaram à instalação das multinacionais no Brasil. Partindo da constatação de que elas estão, irremediavelmente, na economia brasileira, cabe a questão: quais as implicações dessa presença no planejamento da política econômica e na estratégia de desenvolvimento econômico elaborados pelo governo?

Para responder esta pergunta retornarei aos marcos do pensamento cepalino, abordando a brilhante argumentação de CELSO FURTADO (12), já abordada anteriormente, sobre a perda de força do país como centro de decisões decorrente da forte presença das multinacionais.

Ao tratar dessa questão, CELSO FURTADO não questiona a propriedade de "ativos nacionais" por empresas estrangeiras em si, admi-

tindo que se deva preservar a autonomia destas. Discute, sim, a dificuldade que o Estado brasileiro encontra em submeter estas empresas às diretrizes de sua política econômica, já que elas possuem grande poder e influência na economia. Este poder advem, basicamente, de dois fatores: primeiro, por causa da sua capacidade de autofinanciamento, o que faz com que empresas estrangeiras não dependam de favores e benefícios do Estado para sua expansão; segundo, pelo fato de estas empresas controlarem os setores dentro da economia nacional que têm progresso técnico mais rápido e reterem os frutos deste progresso. Juntando a isso o fato de que elas são unidades produtivas ligadas a centros de decisão que se situam fora do país e que, nem sempre, têm os mesmos objetivos das diretrizes traçadas pelo Estado para a economia nacional, pode-se ver, claramente, por que existe dificuldade por parte do Estado em submetê-las à sua política econômica. Muitas vezes, ocorre de as multinacionais transformarem-se, pelo poder que possuem, em instrumentos de governos estrangeiros.

Resumindo, as resistências e pressões exercidas por grupos estrangeiros estão ligadas não à propriedade do capital em si, mas à influência que as multinacionais exercem sobre nossa economia, sobre nosso mercado e ao poder que elas têm como células planejadoras e tomadoras de decisão.

A esta altura, acho importante prestar alguns esclarecimentos a respeito de tudo o que foi tratado até aqui.

Claro está que, devido ao momento e às circunstâncias históricas em que a industrialização brasileira foi realizada, esta não po-



deria ter sido levada a cabo sem o auxílio do capital estrangeiro, de onde conclui-se que este foi muito importante para o desenvolvimento do país. No entanto, não se deve atribuir apenas virtudes ao capital estrangeiro, pois como CELSO FURTADO bem analisou, sua forte presença traz problemas para o Brasil, principalmente no que se refere à possibilidade de se formular e colocar em prática uma política econômica autônoma que conte com a participação das multinacionais, sem a colocação de obstáculos por parte destas. Poder-se-ia argumentar que grandes grupos nacionais, muitas vezes, resistem em submeter-se à política econômica do governo e também exercem pressão sobre este. Isto é verdade e não se pode negar. No entanto, considero mais problemática a tomada deste tipo de atitude por parte de empresas multinacionais, principalmente pelo fato de suas unidades instaladas no Brasil responderem a centros de decisão localizados fora do país.

Tendo como fato consumado a presença das multinacionais no país e já tendo realizado um apanhado de alguns motivos que levaram o capital estrangeiro a se instalar no Brasil, além de constatar a importância deste capital para a industrialização brasileira através da revisão dos argumentos dos autores até aqui abordados, tratarei no próximo capítulo da atual participação da empresa multinacional na economia brasileira para determinar sua real importância.

Deve ficar claro que a minha preocupação central é e continuará sendo o capital estrangeiro produtivo (multinacionais, por exemplo), deixando o capital estrangeiro na forma de empréstimos e financiamentos externos de lado, apesar de reconhecer sua importância. Deixo o problema dos financiamentos e empréstimos externos como tema para uma possível monografia de outrem.

CAPÍTULO 2:
"PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS ESTRANGEIRAS
EM ALGUNS DOS MAIS IMPORTANTES SETORES
DA ECONOMIA BRASILEIRA."

Como vimos ao longo do capítulo anterior, foi durante o processo de industrialização pesada e de substituição de importações que o capital estrangeiro consolidou sua presença na economia brasileira. O tratamento liberal dispensado aos capitais externos (facilidades na remessa de lucros; possibilidade da prática de sub ou sobrefaturamento, mesmo que ilegais) associado às vantagens competitivas das multinacionais (acesso a tecnologias; possibilidade de autofinanciamento etc) resultou na conquista por parte destas da liderança e mesmo do domínio de setores industriais importantes. Convém destacar que a principal variável associada à obtenção de vantagens por parte das multinacionais é a tecnologia. Isso pode ser constatado através da observação de que as empresas estrangeiras estão mais forte e acentuadamente presentes e têm maior liderança nos setores onde a capacitação tecnológica e os gastos em P&D (1) são elevados. É o caso de setores como: material de telecomunicações, informática, química, farmacêutica etc (a liderança das empresas estrangeiras nestes setores, bem como sua liderança e/ou participação em outros setores da economia brasileira, será tratada mais adiante).

De acordo com o estudo do BNDES/DEEST (2) sobre o capital estrangeiro na indústria brasileira, publicado em 1988, quase 30% da produção industrial nacional, em 1985, foi de responsabilidade do capital externo, de onde se pode inferir que a participação do capital estrangeiro no investimento agregado brasileiro deve ser importante. No que se refere ao total de investimentos já realizados no país, ROBERT APPY (3) comenta: "o montante de investimentos estrangeiros no Brasil atingia, em 30/06/86, US\$ 27.053.325 mil (4), valor equivalente a 10,2% do produto interno bruto do ano." (1987 : 24)

O mesmo estudo do BNDES/DEEST também destaca que 27,4% das exportações brasileiras entre 1978 e 1986 foram de responsabilidade das multinacionais. As exportações destas empresas permitiram um acúmulo de divisas na balança comercial brasileira da ordem de US\$ 24,3 bilhões, já descontadas suas importações. Se descontarmos desse valor os lucros e dividendos remetidos no período (US\$ 7,2 bilhões) e acrescentarmos os investimentos líquidos realizados pelas multinacionais também no mesmo período (US\$ 10,3 bilhões), conclui-se que estas empresas foram responsáveis por uma entrada de recursos no país da ordem de US\$ 27,4 bilhões, numa média de aproximadamente US\$ 3 bilhões por ano. Este é, sem dúvida, um belo quadro que, todavia, não reflete rigorosamente a realidade, já que a influência das multinacionais na conta de capital e portanto no Balanço de Pagamentos não está aqui considerada. Dados como por exemplo: amortizações, pagamentos de juros, de "royalties" e de assistência técnica por parte dessas empresas são de difícil determinação e podem alterar bastante o exposto acima.

Neste início de capítulo foram colocados alguns indicadores que poderiam levar à conclusão de que o capital estrangeiro tem um papel no mínimo importante na economia brasileira. No entanto, esses dados foram relativamente vagos e serviram mais para situar o leitor a respeito do capital estrangeiro no contexto de nossa economia do que para induzi-lo a tirar conclusões.

Visando, então, dar uma idéia de qual a real participação e importância do capital externo na economia brasileira, será realizado, a partir de agora, um levantamento da participação do capital estrangeiro em alguns dos mais importantes setores da economia do Brasil.



Neste levantamento será usado como fonte básica de dados o já mencionado estudo do BNDES/DEEST (5). O que definirá a participação das multinacionais em cada setor será quanto do faturamento (ou vendas ou ROL) de cada setor é de responsabilidade delas. Cabe destacar aqui que, em cada setor, não foram consideradas todas as empresas a ele pertencentes, mas sim uma amostra contendo as maiores de cada setor, de modo que a estimativa da porcentagem do faturamento das multinacionais no faturamento total da amostra não esteja, de modo geral, muito distante de sua participação no faturamento total do setor como um todo. A variável participação no faturamento será utilizada para dar uma idéia da importância das empresas multinacionais na economia brasileira por estar disponível para a maioria dos principais setores, o mesmo não acontecendo com variáveis do tipo participação no total de empregos gerados, participação no investimento total etc. Os dados apresentados referir-se-ão, basicamente, ao ano de 1985; caso refiram-se a algum outro ano haverá especificação. Antes de se iniciar o levantamento, convém explicitar qual o conceito de empresa estrangeira aqui adotado: empresa estrangeira será aquela em cuja participação acionária não-residentes no país detiverem mais de 50% do capital total.

Mineração:

Os principais motivos que levam as empresas estrangeiras do setor de mineração a se instalarem no terceiro mundo são: garantir acesso a matérias-primas, vantagens tecnológicas por elas possuídas, falta de rigor no controle ambiental e baixo custo de mão-de-obra e principalmente energia. Estas empresas procuram explorar minerais estratégicos. No Brasil, por exemplo, as empresas estrangeiras destacam-se na exploração de tungstênio, titânio e nióbio.

A produção mineral brasileira (PMB) em 1985 foi de US\$ 3,6 bilhões, dos quais 36,9% foram produzidos por empresas de capital estrangeiro, 26,7% por empresas estatais e 36,4% por empresas privadas nacionais (desta PMB está excluída a produção de petróleo e gás natural). Pode-se constatar que as empresas multinacionais e as nacionais privadas estão emparelhadas quanto a suas participações neste setor em termos de faturamento. No entanto, a importância das multinacionais cresce quando observa-se que elas dominam segmentos que necessitam de maiores plantas e capacitação tecnológica na extração e refino. Exemplo dessa dominação pode ser constatado nos seguintes segmentos de minerais metálicos: alumínio, do qual as multinacionais participam com 86% da produção; níquel, do qual participam com 58%; nióbio, 100%; tungstênio, 67%; e ouro mecanizado, 80%. Entre os minerais não-metálicos, as empresas estrangeiras dominam os seguintes segmentos: amianto, do qual participam com 94% da produção; bauxita, 67%; salgema, 58%; e diamantes mecanizados, 63%.

Pelo exposto acima pode-se concluir que, embora as multinacionais e as empresas privadas nacionais detenham praticamente a mesma fatia do mercado total deste setor, essas merecem atenção especial e têm maior importância para a economia brasileira na medida em que exploram preferencialmente minerais estratégicos e realizam suas atividades de exploração em segmentos que requerem tecnologias avançadas onde, provavelmente, as empresas nacionais não têm condições de concorrer, por não poderem adotar as mesmas tecnologias.

Pela tabela 1 percebe-se que das 20 maiores empresas mineradoras operando no Brasil em 1985, seis eram de controle estrangeiro, respondendo juntas por 10% da PMB (excluída a produção de petróleo e

Tabela 1. Brasil - As Maiores Empresas do Setor de Mineração - 1985

Empresa	Controle Acionário	% PMB (1)
Vale do R. Doce	Estatal	13.3
Paranapanema	Brasil	8.6
Min. Rio do Norte	Brasil (2)	3
Min. Bras. Reunida	Brasil (3)	2.9
Min. Morro Velho	Afr. do Sul (4)	2.2
BRN	Estrang. (5)	1.9
Ferteco	RFA (6)	1.9
Samitri	Estrang. (7)	1.7
Icomi	Brasil	1.3
Samarco	Estrang. (8)	1.2
CSN	Estatal	1.2
Magnesita	Brasil	1.2
Sama	Belg./Fr.(9)	1.1
Itaminas	Brasil	1
Ind. Votorantim	Brasil	1
Brumadinho	Brasil	1
Serrana	Brasil (10)	1
Caraíba Metais	Estatal	1
Cimento Port. Itaú	Brasil	0.9
Ferbasa	Brasil	0.8

Fonte: BNDES/DEEST. O Capital Estrangeiro na Indústria Brasileira: atualidade e perspectiva. Rio de Janeiro, 1988

(1) Não considerada a produção de petróleo e gás natural.

(2) Participação de 24% da Alcan (Can), 10% da Billinton-Shell (Hol/Ing) 5% da Reynolds Metais (EUA) e 5% da Endasa-INI (Espanha).

(3) Participação de 22,9% da Hanna Mining (EUA).

(4) "Joint Venture" de capitais brasileiros (28%) e sul africanos (72%).

(5) "Joint Venture" de capitais canadenses (50%) e ingleses (50%).

(6) Controlada pela Thyssen A.G. (RFA).

(7) "Joint Venture" de capitais belgas, brasileiros e japoneses.

(8) "Joint Venture" de capitais americanos, belgas, brasileiros e japoneses.

(9) "Joint Venture" de capitais belgas (50%) e franceses (50%).

(10) Participação de capitais belgas.

gás natural)). Esse dado não significa muito quando atenta-se para o fato de que o setor de mineração apresenta segmentos muito díspares entre si (vai desde a extração de areia até a exploração do nióbio) quanto ao tipo de material e tipo de exploração necessária. Para dar uma idéia melhor da participação das multinacionais no setor de mineração, a análise deveria ser feita segmento a segmento como já feito anteriormente para os segmentos de alumínio, níquel, nióbio e tungstênio para os quais citou-se a participação das empresas multinacionais nas respectivas produções.

Deixando de lado a mineração e olhando para o setor de transformação mineral, nota-se que o capital estrangeiro também tem importância em alguns segmentos. Não é o caso, por exemplo, do segmento de siderurgia onde a produção de aços planos e não-planos é dominada por empresas nacionais privadas e estatais, sendo que a única participação de relevo do capital estrangeiro neste segmento dá-se na produção de tubos de aço através da Mannesmann. Não foram encontrados dados sobre a participação das empresas estrangeiras no faturamento ou na produção deste segmento (6).

Já no segmento de metalurgia, a presença do capital estrangeiro é mais acentuada, dominando a produção de alumínio (produção verticalmente integrada desde a extração) e participando acentuadamente da transformação do cobre, principalmente via empresas da área de condutores elétricos. Atentando-se para a tabela 2 percebe-se que das 10 maiores empresas atuando no segmento de metalurgia no Brasil em 1985, apenas duas eram estrangeiras, sendo responsáveis por 33,5% da receita da amostra.



BNDES

23a

Tabela 2. Brasil - Maiores Empresas do Setor de Metalurgia - 1985

Empresa	Controle Acionário	Receita (US\$ milhões)
Alcan (*)	Canadá	471
Alcoa	EUA	360
Caraíba	Estatal	307
CBA	Brasil	294
Eluma	Brasil	240
Confab	Brasil	226
LMN	Brasil	208
Termomecânica	Brasil	127
Valesul	Estatal	126
Rheem	Brasil	120

Fonte: BNDES/DEEST. O Capital Estrangeiro na Indústria Brasileira: atualidade e perspectiva. Rio de Janeiro, 1988

(*) Inclui Alcan Nordeste.

No segmento de transformação de minerais não-metálicos, o capital estrangeiro destaca-se na produção de vidros e cristais. Dos cinco maiores produtores deste segmento em 1985, três eram estrangeiros, respondendo por 80,4% da receita da amostra. (vide tabela 3).

Material eletroeletrônico:

Este setor dedica-se à produção de equipamentos de geração, transmissão e distribuição de energia. É um setor muito concentrado, pois a escala de capitais necessária à produção deste tipo de equipamento é muito grande.

A elevada necessidade de capitais, juntamente com a necessidade de capacitação tecnológica constituíram-se em fortes obstáculos à entrada das firmas nacionais no setor. Foi através do Estado, diretamente via Eletrobras e indiretamente via mecanismos de política industrial (BNDES - FINAME), que o capital nacional conseguiu entrar no setor. Apesar dessa entrada as empresas estrangeiras dominam fortemente.

Pela tabela 4 nota-se que das 20 maiores empresas que produzem no Brasil equipamentos de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, em 1985, foram encontrados dados sobre a ROL (receita operacional líquida) de 15 delas. Dentre essas 15, 10 foram controladas por capitais externos, sendo que estas 10 foram responsáveis por 83,45% da receita total dessa amostra de 15 empresas.

Tabela 3. Brasil - Principais Produtores de Vidro e Cristal - 1985

Empresa	Controle Acionário	Receita (US\$ milhões)
Sta. Marina	França	175.4
Cebrace	Fr./Ing.	68.8
Nadir F.	Brasil	44.3
Wheaton	EUA	28.3
Sylvania	Brasil	22

Fonte: BNDES/DEEST. O Capital Estrangeiro na Indústria Brasileira: atualidade e perspectiva. Rio de Janeiro, 1988.

Tabela 4. Brasil - Principais Fabricantes de Material Elétrico - 1985

Empresa	Controle Acionário	ROL (US\$ milhões)
BBC Brown Boveri	Suíça	115
Coemsa	Itália	34.9
GE	EUA	174.9
Westinghouse	EUA	27.8
Siemens	RFA	179.8
Toshiba	Japão	19.2
AEG Telefunken (1)	RFA	-
Asea	Suécia	-
Itel	Brasil	13.1
Transform. União	RFA	79.9
Sprecher Energie	Suíça	12.8
Engesa	Brasil	-
Equip. Villares	Brasil	-
Trafo	Brasil	20.8
Hitachi	Japão	23.7
Cia. Masa	Br./Fr.	-
CCBB	Br./Suí.	3.8
Lorenzetti	Brasil	37.7
sace	Suíça	11.3
WEG	Brasil	59.4

Fonte: BNDES/DEEST. O Capital Estrangeiro na Indústria Brasileira: atualidade e perspectiva. Rio de Janeiro, 1988

(1) Em 1986 a AEG foi liquidada na Alemanha Ocidental.

Telecomunicações:

No setor de materiais de telecomunicação, a presença do capital estrangeiro é muito peculiar. Peculiar na medida em que esta presença adequou-se às exigências e imposições feitas pelo Estado brasileiro. No Brasil, os serviços de telecomunicações são fornecidos exclusivamente pelo Estado. Neste sentido, o Estado é o único comprador de materiais de telecomunicação. Visando dar apoio a empresas privadas nacionais, o Estado iniciou um programa de desenvolvimento de centrais telefônicas com transferência de tecnologia para estas áreas, criando assim uma reserva de mercado que alijou as empresas estrangeiras do fornecimento de centrais de comutação às empresas da Telebras. As centrais de comutação (centrais telefônicas) são os equipamentos do setor de telecomunicação que possuem maior sofisticação tecnológica e cujo fornecimento seria mais interessante e cobiçado pelas empresas estrangeiras. Para burlar, então, as limitações impostas por esta reserva de mercado, algumas empresas estrangeiras como a NEC, a Ericsson e a Equitel promoveram um processo de "nacionalização" de suas subsidiárias brasileiras. Essas "nacionalizações", no entanto, podem ser consideradas como um disfarce usado por essas empresas para adequarem-se às exigências legais do governo brasileiro e poderem fornecer a ele os equipamentos de comutação pública. Assim, embora a maior parte do capital votante dessas empresas tenha ficado nas mãos de pessoas ou grupos nacionais, este capital votante é uma parcela minoritária do capital total dessas empresas que continuaram sob forte influência (senão mesmo controle) de grupos estrangeiros, bem como a tecnologia.

Considerando-se ou não as empresas acima como nacionais, o capital estrangeiro domina este setor da economia brasileira. Se se

considerar as 20 maiores empresas do mercado brasileiro de telecomunicações em 1984 e, além disso, considerar-se NEC, Equitel e Ericsson como empresas nacionais, pode-se constatar que 6 empresas eram estrangeiras e que responderam por 59,6% do faturamento da amostra. Se se considerar essas três empresas como estrangeiras, a participação do capital externo no faturamento da amostra sobe para 70,7% (vide tabela 5).

É interessante destacar que o mercado brasileiro de equipamentos de telecomunicação possui além da comutação pública os seguintes segmentos: comutação privada, transmissão, suprimento de energia, equipamentos terminais, rede externa etc.

Informática:

A indústria de informática é uma indústria muito dinâmica e competitiva. A complexidade tecnológica de seus produtos associada a uma rápida obsolescência destes exige gastos elevados em P&D, de modo que apenas algumas empresas queiram e tenham condições de aventurar-se no setor.

Este é um dos motivos pelos quais, até 1977, praticamente não havia empresas nacionais atuando no setor; "o parque computacional então instalado encontrava-se totalmente segmentado entre fabricantes estrangeiros." (1988 : 50)

Nesse ano, o mercado brasileiro de informática sofreu alterações com a reserva de mercado para os minicomputadores de fabricação nacional.

Foi, no entanto, a partir de 1979 que as empresas nacionais começaram a deter parcelas cada vez maiores do mercado brasileiro de

Tabela 5. Brasil - principais firmas do mercado de telecomunicações - 84

Empresa	Controle Acionário	Faturamento (US\$ milhões)
Ericsson (*)	Suécia	115.3
Equitel ((*)	RFA	38.7
NEC (*)	Japão	52.1
Elebra	Brasil	37.1
Besa	Brasil	23.3
Sul América	Brasil	18.2
Siemens	RFA	100.9
Multitel	Brasil	22.7
Paruma	Brasil	9.8
Olivetti	Itália	127.8
Biteltra	Brasil	10.5
ABC-Telettra	Brasil	27.3
Avibras	Brasil	219.4
Pirelli	Itália	718
Termomecânica	Brasil	129.4
Furukawa	Japão	57.8
Ficap	Suécia	59.2
Forest	It./EUA	50
Inbrac	Brasil	33.8
Bracel	Brasil	15.7

Fonte: BNDES/DEEST. O capital estrangeiro na indústria brasileira: atualidade e perspectiva. Rio de Janeiro, 1988.

(*) Empresas "nacionalizadas" com maioria de capital votante nacional.

informática. Em 1979 as empresas nacionais foram responsáveis por 23% do faturamento no mercado interno, enquanto que em 1986 foram responsáveis por 51% deste mesmo faturamento.

O atual mercado de informática brasileiro encontra-se dividido em dois grandes segmentos: o de equipamentos de grande porte ("mainframe"), dominado pelas multinacionais; e o de minis, micros e periféricos, dominado por empresas nacionais por causa da reserva de mercado.

Pela tabela 6 vê-se que das 21 maiores empresas do setor de informática em 1986 que atuavam no país, apenas 4 eram estrangeiras e responderam por 55,5% da receita global da amostra.

Microeletrônica:

Este setor dedica-se à produção de componentes eletrônicos do tipo: circuitos integrados, disjuntores, transistores etc. É um setor onde a tecnologia também apresenta um papel fundamental.

Em 1980, o mercado brasileiro era ocupado exclusivamente por empresas estrangeiras. As atividades realizadas por essas empresas em solo brasileiro na produção de semicondutores eram apenas as de montagem, teste e encapsulamento final destes, ou seja, as que requeriam menor conhecimento e especialização tecnológicos. As etapas de projeto, concepção e fabricação dos circuitos elétricos, etapas que envolviam conhecimento técnico muito maior e que, se realizadas no país, determinariam o acesso deste a uma tecnologia de ponta, eram feitas no exterior. Infelizmente, este quadro continua o mesmo hoje em dia.

Segundo estimativas da SEI (secretaria especial de informática), as empresas nacionais foram responsáveis, em 1986, por 36,2%

Tabela 6. Brasil - Maiores Empresas de Informática (Equipamentos) - 1986

Empresa	Controle Acionário	Segmento	Receita (US\$ milhões)
IBM	EUA	Mainframe	826.1
Unysis	EUA	Mainframe	238.8
Sid	Brasil	Mini, Micro	113
Itautec	Brasil	Mini, Micro	111.6
Cobra	Estrang.	Mini, Micro	111.6
Elebra	Brasil	Periféricos	103.6
Scopus	Brasil	Micro	74.3
Multitel	Brasil	PABX, KS, Perif.	46.7
Microtec	Brasil	Micro	43.3
Labo	Brasil	Mini, Micro	42.6
Sisco	Brasil	Mini, Micro	41.9
Raciméc	Brasil	Periféricos	35.5
Edisa	Brasil	Mini, Micro	34.7
Flexidisk	Brasil	Periféricos	32.3
Polymax	Brasil	Micro	24.4
ABC-Bull	França	Mainframe	23.3
Fujitsu	Japão	Mainframe	23.1
Digirede	Brasil	Sistemas, Micro	19.8
Microlab	Brasil	Periféricos	18.5
Digilab	Brasil	Periféricos	18.2
Medidata	Brasil	Mini, Micro	17.7

Fonte: BNDES/DEEST. O Capital Estrangeiro na Indústria Brasileira: atualidade e perspectiva. Rio de Janeiro. 1988.

da produção interna do setor (o que traduz-se em aproximadamente US\$ 66 milhões), enquanto as estrangeiras foram responsáveis pelo restante da produção interna (US\$ 116,2 milhões).

Infelizmente, os dados sobre a produção interna deste segmento são fornecidos pela SEI apenas de forma agregada, de modo que foi impossível elaborar um quadro ilustrativo com a produção ou o faturamento das principais empresas do setor.

Eletrônica de Entretenimento/Eletrodomésticos:

Este também é um setor onde a tecnologia é fundamental e a inovação tecnológica é um importante mecanismo de concorrência.

Infelizmente não existem dados disponíveis para determinar a produção ou o faturamento individualizado dos principais produtores do setor.

No entanto, é possível constatar que a influência do capital estrangeiro neste setor é muito grande, seja através de subsidiárias ou de "joint-ventures". (vide tabelas 7 e 8). No que se refere às "joint-ventures", mesmo aquelas empresas que apresentam maior participação do capital brasileiro em sua composição acionária têm controle decisório nas mãos dos estrangeiros. Esse controle dos estrangeiros sobre as empresas nacionais pode estar associado à dependência tecnológica a que estas estão sujeitas em relação às firmas estrangeiras. Essa dependência tecnológica, no entanto, não atinge apenas subsidiárias estrangeiras ou "joint-ventures" (seja com participação majoritária nacional ou estrangeira) mas também empresas 100% brasileiras. Esse aspecto foi muito bem observado por MARGARIDA A. C. BAPTISTA (7):

"Desde então, o grau de associação da indústria brasileira com as empresas de maior expressão no contexto internacional ultrapas-

Tabela 7. Controle das Principais Empresas de Eletrônica de Consumo.

Empresas	Controle Acionário
CCE	Brasil
Evadin	Brasil
Gradiente	Brasil
Motoradio	Brasil
Philco	EUA
Philips	Holanda
Sanyo	Japão
Semp-Toshiba	Brasil
sharp	Brasil
Sony	Japão
Springer National	Brasil
Telefunken	RFA

Fonte: BNDES/DEEST. O Capital Estrangeiro na Indústria Brasileira: atuali-
lidade e perspectiva. Rio de Janeiro. 1988.

Tabela 8. Brasil - Principais Produtores de Bens de Consumo Eletrônicos.

Tipo de Produto	Empresa Fabricante
TV - COR	Evadin (Br.) Philco (EUA) Philips (Hol.) Sanyo (Jap.) (*) Semp-Toshiba (Br.) (*) Sharp (Br.) (*) Springer National (Br.) Telefunken (RFA)
TV - P&B	Philco (EUA) Philips (Hol.) Telefunken (RFA)
Áudio	CCE (Br.) Evadin (Br.) Gradiente (Br.) Motoradio (Br.) Philco (EUA) Philips (Hol.) Sanyo (Jap.) (*) Semp (Br.) (*) Sharp (Br.) (*) Sony (Jap.) (*) Springer (Br.) Telefunken (RFA)
Videocassete	Evadin (Br.) Philco-Hitachi (EUA) Sanyo (Jap.) Sharp (Br.) (*) Sony (Jap.)
CD	Gradiente (Br.) Philips (Hol.) (*) Semp (Br.) (*) Sharp (Br.)

Fonte: BNDES/DEEST. O Capital Estrangeiro na Indústria Brasileira: Atualidade e perspectiva. Rio de Janeiro. 1988

(*) "Joint Venture".

sa, em muito, a presença das empresas sediadas no Japão na composição acionária das empresas que compõem a indústria brasileira de eletrônica de consumo. Esta associação amplifica-se ainda mais se se considerar o grau de dependência tecnológica da indústria brasileira frente a empresas de capital estrangeiro.

A existência de vínculos permanentes de tecnologia entre empresas estabelecidas no país e as empresas líderes no mercado internacional no que tange à tecnologia embutida no produto final fabricado no país abarca não só subsidiárias integrais e "joint-ventures" majoritariamente estrangeiras, como também empresas de capital misto predominantemente nacional e até mesmo empresas com capital 100% nacional." (1987 : 291)

Pelo exposto acima fica claro que, mesmo sem dados sobre o faturamento das empresas para determinar o domínio direto das multinacionais sobre o setor, o capital externo domina no mínimo indiretamente o mercado de bens eletrônicos de consumo do Brasil, através do domínio da tecnologia.

Equipamentos Mecânicos:

Este setor apresenta-se dividido basicamente em dois segmentos que serão abordados a seguir: o de bens de capital sob encomenda e o de bens de capital seriados.

O segmento de bens de capital sob encomenda, por sua vez, é dividido em três grupos a saber: caldeiraria geral, especial e equipamentos térmicos (condutos forçados, tanques e reservatórios de aço, geradores de vapor, colunas de destilação etc.); equipamentos e enge-

nharia mecânica (fornos industriais, guinchos, guindastes etc.); maquinaria elétrica (geradores, transformadores etc.). Como este terceiro grupo já foi abordado quando analisado o setor "material elétrico", serão analisados aqui apenas o primeiro e o segundo grupos.

No grupo 1, "caldeiraria geral, especial e equipamentos térmicos", em 1986, das 20 maiores empresas que atuavam no Brasil, 7 eram estrangeiras e responderam por 32% do total da receita operacional líquida (ROL) dessa amostra (vide tabela 9).

Já no grupo 2, "equipamentos e engenharia mecânica", em 1986, das 27 maiores empresas, 9 eram estrangeiras, sendo estas responsáveis por 44,7% da receita operacional líquida da amostra. (vide tabela 10). Neste grupo nota-se que a presença do capital estrangeiro é maior que no grupo 1. Isso pode ser explicado pelo maior grau de sofisticação tecnológica exigido pelos equipamentos do grupo 2.

Ainda um maior grau de sofisticação tecnológica exigem os equipamentos do segmento de bens de capital seriados (robôs e máquinas ferramentas com controle numérico). Sendo assim, seria de se esperar que neste segmento a presença das multinacionais fosse maior do que nos segmentos anteriores.

No entanto, dada a reserva de mercado para a produção nacional de robôs e de controles numéricos, o capital nacional domina o setor. Na produção de robôs a presença do capital estrangeiro ficou reduzida ao licenciamento de tecnologia e, mais raramente, à participação acionária em algumas empresas. Apesar dessa reserva de mercado, não há impecilhos para a produção de máquinas com controles numéricos da qual participam várias empresas estrangeiras principalmente alemãs, sendo dominante, aqui também, o capital nacional. Pela tabela 11 per-

Tabela 9. Brasil - - Empresas de Caldeir. Geral, Esp. e Equip. Térmicos.
1986

Empresa	Controle Acionário	ROL (US\$ milhões)
Confab	Brasil (1)	176.7
Cobrasma	Brasil	129.5
Armco	EUA	118.1
Usimec	Brasil (2)	84.1
Dedini	Brasil	83.7
CBC	Japão	44.2
Conforja	Brasil	42
Brasimet	Afr. do sul	33.6
Nordon	França (3)	32.7
Jaraguá	Brasil	29.5
FMC-Filsan	EUA	23.1
Badoni-ATB	Itália	15.4
Fichet	França	13.3
BSI	Brasil	13
Mausa	Brasil	11.6
Codistil	Brasil	7.3
Usimeca	Brasil	6.2
CBSE	Brasil	5.7
Turin	Brasil	4.6

Fonte: BNDES/DEEST. O Capital Estrangeiro na Indústria Brasileira: atuali-
dade e perspectiva. Rio de Janeiro, 1988.

(1) Participação de 18% do Grupo Sumitomo (Japão).

(2) Participação de 17,5% da Kawasaki Ind. (Japão) e 7,5% da Itoh & Co.
(Japão).

(3) Participação de 5,6% da DEG (RFA).

Tabela 10. Brasil - Empresas de Equip. e Maquinaria Mecânicos - 1986

Empresa	Controle Acionário	ROL (US\$ milhões)
Eq. Villares	Brasil	110.8
Atlas	Suécia	98.3
voith	RFA	88.5
Faço	Suécia	68.8
Zanini	Brasil	64.4
Mecânica Pesada	França	50.6
CBV	Brasil (1)	42.3
Bardella	Brasil	41.2
Schuler	Brasil (2)	40.6
Máq. Piratininga	Brasil (3)	22
PHB	Brasil (4)	21.8
CEC	Brasil (5)	17.1
Sulzer Weise	Suíça	16.3
cosinor	Brasil (6)	15.7
torque	Brasil	11.4
Omel	Brasil	11.2
Ata	Japão	9.2
Conomsa	Brasil	8
Delp	Brasil	7.4
Buhler Miag	Suíça	6.6
AKZ	Brasil (7)	6.1
Isomonte	Brasil	5.8
Renk Zanini	Brasil (8)	5.5
Treu	Brasil	5.3
Spama	RFA	4.2
Innobra	Itália	3.7
Pilão	Brasil	2.6

Fonte: BNDES/DEEST. O Capital Estrangeiro na Indústria Brasileira: atualidade e perspectiva. Rio de Janeiro, 1988

- (1) Participação de 3,6% da FMC (EUA) e 1,18% da Smith Int. (EUA).
 (2) Participação de 40,9% da Schuler (RFA).
 (3) Participação de 28% da Davy McKee (EUA).
 (4) Participação de 47,7% da PHB Weserhulte (RFA).
 (5) Participação de 10% da Chisso Eng. (Japão).
 (6) Participação de capital inglês.
 (7) Participação da AEG-Kanis turbinen (RFA).
 (8) Participação de capitais alemães

Tabela 11. Brasil - Produtores de Máquinas-Ferramentas - 1985

Empresa	Controle Acionário	Faturamento (US\$ milhões)	Unidades de MFCN
Romi	Brasil	68.7	120
Nardini	Brasil	28.1	nd
Schuler	Brasil	26.8	nd
Wotan	Holanda	17.5	40
Index	RFA	11.4	66
Grob	RFA	8.4	15
Thyssen-Huller (1)	RFA	6.5	17
Heller	RFA	3.5	16
Maquinasa	RFA	3.6	nd
Engrenasa	RFA	1.8	10

Fonte: BNDES/DEEST. O Capital Estrangeiro na Indústria Brasileira: atualidade e perspectiva. Rio de Janeiro. 1988

(1) Participação da Metal Leve S/A (Brasil) com 30% do capital acionário

cebe-se que das 10 maiores empresas das quais tem-se dados sobre o faturamento para o ano de 1985, 7 eram estrangeiras e responderam por 29,9% do faturamento da amostra.

Vale a pena destacar que nos demais segmentos de bens de capital (tratores, máquinas agrícolas, máquinas rodoviárias e têxteis etc.), a presença do capital estrangeiro é mais significativa, sendo responsável por aproximadamente 68,2% da receita operacional líquida da amostra das 20 maiores empresas que operavam nestes segmentos em 1985. (vide tabela 12).

Material de Transporte:

Dentro deste setor pode-se distinguir dois segmentos básicos: o segmento automobilístico e o segmento de autopeças.

O segmento automobilístico é aquele no qual as empresas multinacionais apresentam maior presença na economia brasileira através dos grandes produtores internacionais de veículos. Há uma grande concentração neste segmento, sendo que das nove montadoras existentes em 1985 (de carros, ônibus e caminhões) apenas uma era nacional e sua fatia de mercado não representava mais que 1% das vendas do setor. (vide tabela 13).

No segmento de autopeças a presença do capital estrangeiro é significativa. Pela tabela 14 pode-se perceber que das 17 maiores empresas produtoras de autopeças, em 1985, 12 eram estrangeiras e que responderam por 69% do total das vendas desta amostra. Esta constatação, no entanto, não é válida para estimar-se a real presença das multinacionais neste segmento. Isso pode ser explicado pelo fato de existirem muitas outras empresas nacionais de menor porte no segmento.

Tabela 12. Brasil - Produtores de BK (exceto robôs e MFCN) - 1985.

Empresa	Controle Acionário	ROL (US\$ milhões)	Segmento
Massey Perkins	Estrang. (1)	326.1	Tratores
Caterpillar	EUA	205.6	Máq. Rodov.
Valmet	Finlândia	175.7	Tratores
Embraco	Brasil	89.4	Compressores
Máq. Tatu	Brasil	75.6	Impl. Agrícolas
Fiat Allis	Ita/Hol	74.1	Máq. Rodov.
Kepler Weber	Brasil	67	Impl. Agrícolas
SLC	França/EUA	57.9	Colheitadeiras
Agrale	Brasil	52.9	Tratores
Baldan	Brasil	49.5	tratores
CBT	Brasil	49.5	tratores
Ieal	EUA	43.4	Colheitadeiras
Jacto	Brasil	35.2	Impl. Agrícolas
Muller	Holanda	34.5	Máq. Rodov.
Komatsu	Japão	34.3	Máq. Rodov.
Colúmbia	-	32.7	-
Elgin	Estrang.	32.6	Máq. Têxteis
Fiban	Brasil	32.3	-
Dynapac	Suécia	28	Máq. Rodov.
Yanmar	Japão	27.9	Tratores

Fonte: BNDES/DEEST. O Capital Estrangeiro na Indústria Brasileira: atualidade e perspectiva. Rio de Janeiro. 1988

(1) Apesar de estrangeiro, a origem do capital não foi identificada.

Tabela 13. Brasil - Montadoras - 1985

Empresa	Controle Acionário	Vendas (US\$ milhões)
Volkswagen	RFA	2033
Ford	EUA	1585
GM	EUA	1438
Mercedes	RFA	869
Fiat	Itália	853
Scania	Suécia	240
Volvo	Suécia	162
Toyota	Japão	25
Gurgel	Brasil	9

Fonte: BNDES/DEEST. O Capital Estrangeiro na Indústria Brasileira: atualidade e perspectiva. Rio de Janeiro, 1988.

Tabela 14. Brasil - Fabricantes de Autopeças - 1985.

Empresa	Controle Acionário	Vendas (US\$ milhões)
Cofap (1)	Brasil	226
Bosch	RFA	201
Metal Leve (2)	Brasil	175
TRW	EUA	147
MWM	RFA	143
Braseixos	EUA	130
Clark	EUA	129
Albarus	EUA	123
ZF	RFA	103
Cummins Brasil	EUA	88
Bendix	EUA	85
Varga (3)	Brasil	78
Borlem (4)	Brasil	70
Wapsa	RFA	58
Rockwell	EUA	51
Hoesch Molas	RFA	48
Brasinca	Brasil	48

Fonte: BNDES/DEEST. O Capital Estrangeiro na Indústria Brasileira: atualidade e perspectiva. Rio de Janeiro. 1988.

- (1) Associada com a Arvin Ind. (EUA) na empresa Cofap-Arvin.
(2) Associada com a Rockwell International (EUA) e com a Gould Inc. (EUA), respectivamente nas empresas Metal Leve Allen-Bradley e Metal Leve Clevite.
(3) Associada à Lucas Industries (Inglaterra)
(4) Associada à Lemmerz-Werke.

Levando em conta o mercado total do segmento de autopeças, estima-se que 35% do faturamento pertençam às empresas multinacionais. É interessante destacar que as empresas estrangeiras concentram-se na produção de autopeças que possuem maior complexidade tecnológica (eixos diferenciais, de transmissão, câmbios, embreagens e motores). Além disso, deve-se destacar também o importante papel que as multinacionais desempenham na manutenção da competitividade internacional deste segmento da indústria brasileira, contribuindo, assim, para o bom desempenho das exportações da indústria automobilística.

Além dos dois segmentos apresentados acima, o setor de material de transporte possui outros, tais como: aeronáutico, naval, motociclístico, ciclístico, ferroviário, de carrocerias etc. Em todos estes a presença do capital estrangeiro é discreta, sendo que os destaques são: o estaleiro Ishibras no segmento naval, a Honda no motociclístico e a Monark no ciclístico.

Pela tabela 15 pode-se ver que da amostra das 20 maiores empresas em 1985, considerando-se todos os outros segmentos citados acima para a elaboração da amostra, 4 eram estrangeiras e foram responsáveis por 25,5% da receita operacional líquida da amostra.

Química e Petroquímica:

Este é um setor onde o capital estrangeiro tem também participação importante. Isso torna-se particularmente claro quando sabe-se que o desenvolvimento de tecnologias é fundamental para que se possa criar ou aperfeiçoar processos de modo a promover ou acompanhar mudanças no setor e que, para esse desenvolvimento, são necessárias características que apenas as grandes firmas estrangeiras possuem, quais

Tabela 15. Brasil - Empresas de Material de transporte - 1985.

Empresa	Controle Acionário	ROL (US\$ milhões)	Segmento
Embraer	Estatat	247.9	Aeronáut.
Verolme	Brasil	212.3	Naval
Ishibras	Japão	189.4	Naval
Engesa (1)	Brasil	153.1	Bélico
Moto Honda	Japão	136.4 (2)	Motocicl.
Maferesa	Estatat	103.7	Ferrovia
FNV	Brasil	85.1	Ferrovia
Monark	Holanda	69.1	Bicicleta
Caloi	Brasil	65.4	Bicicleta
Randon	Brasil	60.8	Carrocer.
Sta. Matilde	Brasil	60.6	Ferrovia
Marcopolo	Brasil	40.1	Carrocer.
Caneco	Brasil	32.3	Naval
Celma	Brasil	34.5	Aeronáut.
CCN	Brasil	34.3	Naval
Caio	Brasil	22.5	Carrocer.
Fresinbra	EUA	20.3	Ferrovia
Recrusol	Brasil	20.1	Carrocer.
Rodoviária	Brasil	18.4	Carrocer.
Indersol	Brasil	18.2	Carrocer.

Fonte: BNDES/DEEST. O Capital Estrangeiro na Indústria Brasileira: atualidade e perspectiva. Rio de Janeiro. 1988

(1) Participação minoritária da Arabraz Trading Corp. (Arábia Saudita). Incl ída receita da Engex.

(2) Corresponde ao faturamento.

sejam: grande porte e recursos suficientes para elevados investimentos em P&D.

Na tabela 16 considerou-se as 20 maiores empresas produtoras em 1985 do setor de química e petroquímica. Dessas 20, 12 eram estrangeiras e deliveram 56,2% do faturamento da amostra. A variável faturamento, no entanto, não é a mais adequada para medir-se qual a participação das empresas estrangeiras no setor, dada a integração ao nível da cadeia produtiva; a mais adequada seria a variável valor agregado gerado. Por este enfoque estima-se que 40% do valor agregado tenha sido de responsabilidade das empresas multinacionais.

No Brasil, o papel do Estado é fundamental na produção de produtos petroquímicos de primeira geração (matérias-primas básicas) por causa do monopólio estatal do refino do petróleo. A produção de produtos de segunda e terceira gerações tem presença majoritária do capital privado, principalmente o estrangeiro.

No segmento de química fina, onde a tecnologia e a pesquisa são decisivas, o capital estrangeiro detém 80% do mercado brasileiro; no segmento de defensivos agrícolas o capital estrangeiro também predomina, sendo responsável por mais de 50% da oferta interna; a hegemonia do capital externo nos segmentos de lubrificantes e de tintas é quase absoluto. O único segmento do setor químico e petroquímico dominado pelo capital nacional privado e estatal é o de fertilizantes. Este é, sem dúvida, a grande exceção do setor.

Farmacêutica:

Este setor também é liderado pelo capital estrangeiro via subsidiárias dos grandes produtores mundiais. Para ter-se uma idéia, 40 entre as 50 maiores empresas que atuam no país são multinacionais.

Tabela 16. Brasil - Maiores produtores de química e petroquímica - 1985.

Empresa	Controle Acionário	Vendas (US\$ milhões)
Opene	Brasil	819
Modia (1)	França	719
Petroq. União	Estatal	513
Opesul	Estatal	487
Bochst (1)	RFA	385
Siba-Geygy (1)	Suíça	314
Sayer (1)	RFA	314
Row Química (1)	EUA	281
Basf (1)	RFA	264
Petroflex	Estatal	250
Petrocloro (2)	Bélgica	229
Plasurit (3) (1)	RFA	217
Polioléfinas	Brasil	208
du Pont (1)	EUA	208
Union Carbide (1)	EUA	191
BM	EUA	188
Opelbras	Estrang. (4)	188
Oral	Brasil	161
Panguinhos	Brasil	148
IDN	Brasil	136

Fonte: BNDES/DEEST. O capital estrangeiro na indústria brasileira: atualidade e perspectiva. Rio de Janeiro, 1988.

Obs: excluídos os produtos de gás e fertilizantes.

(1) subsidiárias de um dos 15 maiores produtores mundiais.

(2) do Grupo Salway (Bélgica).

(3) do Grupo Basf (RFA).

(4) participam capitais norte-americanos e sul-africanos.

A chave do sucesso e da liderança dessas empresas não está na produção de medicamentos, onde a indústria brasileira é independente inclusive tecnologicamente; a chave está na produção de fármacos (matérias-primas para a produção de medicamentos). Todos os grandes produtores mundiais de medicamentos são verticalmente integrados, produzindo também suas próprias matérias-primas, o que exige elevados gastos em P&D. Isso restringe muito a atuação das empresas nacionais no setor, fazendo com que o país seja fortemente dependente do exterior em relação à obtenção de fármacos.

Através da tabela 17 constata-se que das 21 maiores empresas atuantes no Brasil em 1986, 19 eram multinacionais e foram responsáveis por 89,4% do faturamento da amostra. Quanto ao mercado total, incluindo homeopatia e produtos veterinários, estima-se que as empresas estrangeiras detinham cerca de 80% deste.

Papel e Celulose:

A participação do capital externo neste setor não é das mais relevantes.

Na produção de celulose, por exemplo, o parque industrial instalado é basicamente composto por empresas nacionais, sendo que a atuação do capital estrangeiro resume-se a participações minoritárias em algumas delas (vide tabela 18). É importante destacar que na produção de celulose não há qualquer barreira de ordem tecnológica.

Também na produção de papel a tecnologia é tradicional e difundida, não se constituindo em vantagem passível de aproveitamento por parte das empresas estrangeira. Outra vantagem geralmente aprovei-

Tabela 17. Brasil - Maiores Produtores da Indústria Farmacêutica - 86/87

Empresa	Controle Acionário	Vendas Anuais 03/86 - 03/87 (US\$ milhões)
Merrel-Lepetit	EUA	70.5
Biogalênica	Suíça	61.5
Roche	Suíça	61.3
Aché	Brasil	60.9
Johnson&Johnson	EUA	53.5
Merck Sharp & Dohme	EUA	41.4
Lab. Bristol	EUA	40.6
Schering	EUA	37.2
Sandoz	Suíça	36.8
Searle	EUA	36.5
Merck	RFA	35.4
DeAngeli	RFA	32
Bayer	RFA	30
BYK	RFA	30
Hoechst	RFA	29.6
Eli Lilly	EUA	27.9
Squibb	EUA	26.7
Boehringer	RFA	26.2
Fontoura Wyeth	EUA	25.9
Dorsay	Brasil	25.2
Pfeizer	EUA	25.1

Fonte: BNDES/DEEST. O Capital Estrangeiro na Indústria Brasileira: atualidade e perspectiva. Rio de Janeiro. 1988.

Tabela 18. Principais Empresas do Setor de Celulose - 1985

Empresa	Participação Estrangeira
Aracruz	GBR - 25.90%
	Suécia - 5.11%
Cenibra	Japão - 49.00%
Riocell	---
Monte Dourado	---
Cambará	---

Fonte: BNDES/DEEST. O Capital Estrangeiro na Indústria Brasileira: atualidade e perspectiva. Rio de Janeiro. 1988.

tada pelas multinacionais, mas que neste setor não o é, é a vantagem financeira (facilidade na obtenção de recursos da matriz ou do sistema bancário), já que o Estado auxilia as firmas nacionais. Por essas razões não seria de se esperar uma presença maciça do capital externo neste setor da economia brasileira. Além do mais, existe a tendência de as empresas estrangeiras reorientarem sua produção de modo a produzir papel em seus países de origem usando celulose importada.

Pela tabela 19 nota-se que das 15 maiores empresas produtoras de papel e celulose no Brasil em 1985, 3 eram multinacionais e faturaram 25,2% do total da amostra.

Borracha:

No setor de transformação de borracha o segmento de transformação de pneumáticos é a atividade principal, sendo que o domínio deste segmento pertence às filiais dos grandes produtores internacionais.

Aqui, também "a tecnologia é o elemento-chave da afirmação dos produtores no mercado." (1988 : 95), sendo a aplicação de recursos em P&D elevada.

Dos 20 maiores transformadores de borracha atuando no Brasil em 1985, 6 eram estrangeiros e foram responsáveis por 85,6% da RDL da amostra. É um setor que apresenta elevada concentração. Isso pode ser comprovado pelo fato de que, na amostra dos 20 maiores transformadores citada acima, os 4 maiores eram estrangeiros e responderam por 83,5% do faturamento total dos 20. (vide tabela 20)

Tabela 19. Brasil - Principais Empresas de Papel e Celulose - 1985

Empresa	Controle Acionário	Faturamento - 1985 (US\$ milhões)
Klabin	Brasil	302
Suzano	Brasil	228
Champion	EUA	172
Simão	Brasil	108
Rigesa	EUA	101
Ripasa	Brasil	96
Manville	EUA	83
Sta. Terezinha/Impasa	Brasil	68
Trombini	Brasil	61
Pisa	Brasil	49
Melhoramentos	Brasil	48
Sta. Maria	Brasil	36
Copa-Cipec	Brasil	31
Papirus	Brasil	24
Safelca	Brasil	5

Fonte: BNDES/DEEST. O Capital Estrangeiro na Indústria Brasileira: atualidade e perspectiva. Rio de Janeiro, 1988.

Tabela 20. Brasil - Transform. de Borracha - Maiores Produtores - 1985.

Empresa	Controle Acionário	ROL (US\$ milhões)
Pirelli (1)	Itália	645.6
Goodyear (1)	EUA	365.3
Firestone (1) (2)	EUA	239.4
Michelin (1)	França	103
Amazonas (3)	Brasil	39
Gates do Brasil (4)	Brasil	26.6
Aeroquip Vickers	EUA	23.5
Amapá do Sul	Brasil	22.5
Tropical (1) (5)	Brasil	22.3
Ruzzi	Brasil	17.1
Mercúrio	Brasil	16.3
Levorin (1)	Brasil	15.6
Orion	Brasil	14
Maggion (1)	Brasil	12.5
Omega	Brasil	11.4
Borracha Cestari	Brasil	10.4
Rubrasil	RFA-Japão	10.4
Besa	Brasil	8.3
Danesi	Brasil	8.3
Rinaldi (1)	Brasil	8.2

Fonte: BNDES/DEEST. O Capital Estrangeiro na Indústria Brasileira: atualidade e perspectiva. Rio de Janeiro. 1988.

(1) Fabricante de pneumáticos.

(2) Data do balanço: novembro de 1985.

(3) Corresponde ao faturamento.

(4) Associada à Gates Rubber (24,55%), controlada da Gates Corp. (EUA).

(5) Adquirida pela Pirelli (Itália).

Tabela 21. Brasil - principais empresas do setor de alimentos - 1985.

Empresa	Controle Acionário	Vendas (US\$ milhões)	Segmento
Copersucar	Brasil	1471	Açúcar e Alcool(1)
Nestlé	Suíça	716	Diversos
Sadia (2)	Brasil	472	Frigoríficos
Perdigão (3)	Brasil	372	Frigoríficos
União	Brasil	362	Açúcar e Alcool
Ceval	Brasil	345	óleos Vegetais
Cargil	EUA	334	óleos Vegetais
Frigobras	Brasil	332	Frigoríficos
Bordon	Brasil	286	Frigoríficos
Anderson Clayton	Hol. (4)	261	Diversos
Ref. de milho Brasil (5)	EUA	254	Moinhos
Resegue	Brasil	218	óleos Vegetais
Braswey	Brasil	208	óleos Vegetais
Moinho Santa	Brasil (6)	186	Moinhos
J.B. Duarte	Brasil	183	óleos Vegetais
Samrig	Brasil (6)	176	óleos Vegetais
óleos Brasil (7)	Suíça	173	óleos Vegetais
Cica	Brasil (8)	172	Conservas
Swift-Armour	Brasil	166	Frigoríficos
CCF	Brasil	164	Laticínios
Barreto de Araújo	Brasil	160	Chocolates
Olvebra	Brasil	158	óleos Vegetais
Granol	Brasil	153	óleos Vegetais
Usina da Barra	Brasil	152	Açúcar e Alcool
Purina (9)	EUA	135	Rações
Coop. Açúcar e Alcool PE	Brasil	132	Açúcar e Alcool
Anglo (10)	Ingl.	130	Frigoríficos
Kaiwoa	Brasil	129	Frigoríficos
Mogiana	Brasil	129	óleos Vegetais
Refinaria Piedade	Brasil	125	Moinhos
Q-Refresco (11)	EUA	117	Diversos

Fonte: BNDES/DEEST. O capital Estrangeiro na indústria brasileira: atualidade e perspectiva. Rio de Janeiro, 1988.

(1) os dados disponíveis não dissociam estas duas atividades, fato pelo qual a produção de álcool é impropriamente considerada neste setor.

(2) Inclui Sadia Concórdia, Avícola, Oeste e Joaçaba.

(3) Inclui Perdigão Agroindustrial e Alimentos.

(4) A subsidiária brasileira da Anderson, Clayton & Co. foi vendida recentemente à Gessy Lever, da Unilever Ltd.

(5) Pertence à CPC International.

(6) Participação minoritária da Bunge & Born (Argentina).

(7) Óleos de origem vegetal.

Alimentos:

"A presença do capital estrangeiro na indústria de transformação de alimentos é bastante acentuada." (1988 : 96)

Da tabela 21 apreende-se que das 31 principais empresas do setor de alimentos que atuavam no Brasil em 1985, 9 eram estrangeiras, sendo responsáveis por 27,4% do faturamento da amostra. No entanto, essa participação deve ser maior, pois ao faturamento das usinas de açúcar e álcool (todas de controle nacional) estão agregadas as receitas com as vendas do açúcar e do álcool, o qual não é alimento.

Neste setor o capital estrangeiro está mais presente nos seguintes segmentos: moinhos (21,1% de participação do capital externo), produtos de chocolate (28,1%) e rações (64,4%).

Fumo:

"A indústria do fumo é amplamente dominada pelos grandes produtores internacionais." (1988 : 103)

Das 9 principais empresas estabelecidas no Brasil em 1985, 6 eram dominadas pelo capital estrangeiro e faturaram juntas 96,6% do total da amostra. Este é um setor também bastante concentrado. Isso pode ser constatado ao notar-se que as 3 maiores empresas da amostra foram responsáveis por 92,1% do faturamento total. (vide tabela 22)

É interessante notar que as grandes empresas desse setor apresentam-se diversificadas. Tanto no Brasil quanto no exterior elas atuam preferencialmente nos setores de alimentos e bebidas. Isso pode ser explicado pelo fato de o "marketing" para esses setores ser semelhante ao usado para o setor de fumo. É exatamente essa "tecnologia de marketing" associada à "capacidade financeira, técnica e produtiva que

Tabela 22. Brasil - Indústria de Fumo - 1985

Empresa	Controle Acionário	Vendas-1985 (US\$ milhões)
Souza Cruz (BAT)	Inglaterra	1698
Philip Morris	EUA	166
R.J.Reynolds	EUA	151
Tabacos Brasileiros	Holanda-EUA	87
Sudan	Brasil	41
Fumossul	Brasil	30 (1)
Cacique	França	8.9 (2)
Amerino Portugal	Brasil	3.8 (1)
Suerdieck	RFA	1.5 (1)

Fonte: BNDES/DEEST. O Capital Estrangeiro na Indústria Brasileira: atualidade e perspectiva. Rio de Janeiro. 1988.

(1) Receita operacional líquida, relativa ao balanço de dezembro de 1985

(2) Faturamento líquido relativo ao balanço de junho de 1985.

confere liderança" (1988 : 102) às grandes empresas do setor de fumo e induz este à concentração.

Da análise de todos os setores realizada neste capítulo fica claro que o capital estrangeiro exerce domínio, geralmente, nos setores onde as tecnologias usadas na produção são mais sofisticadas e onde os gastos em P&D são maiores. Esta questão do domínio tecnológico é muito relevante e será tratada, juntamente com a questão da manutenção da soberania nacional e outras, no próximo capítulo.



ARQUIVO NACIONAL

EPÍLOGO:
CONCLUSÕES E PROPOSTAS DOS PRINCIPAIS
PARTIDOS POLÍTICOS QUANTO À ATUAÇÃO DO
CAPITAL ESTRANGEIRO PRODUTIVO NO BRASIL.

Tendo, nos capítulos 1 e 2, dado uma idéia da importância e da participação do capital estrangeiro produtivo na economia brasileira, tentarei concluir o trabalho apresentando sumariamente as conclusões que se podem obter dos capítulos já apresentados.

Além disso e baseado nessas conclusões, tentarei levantar questões e preocupações que tenho ou que foram surgindo no decorrer do trabalho. Cabe ressaltar, no entanto, que a intenção não é obter respostas para essas questões, já que muitas delas são muito complexas e suas discussões teriam que ser mais aprofundadas, escapando do objetivo desta monografia, mas sim realizar algumas discussões de maneira bem solta e informal sobre os problemas que a forte presença das multinacionais na economia brasileira acarreta.

Dos dois capítulos anteriores, pode-se chegar a duas importantes conclusões a respeito do capital estrangeiro produtivo no Brasil.

A primeira delas refere-se ao capítulo primeiro e é a seguinte: dado que o Brasil industrializou-se pesadamente apenas na metade deste século, quando as descontinuidades tecnológicas e de escalas de capital eram tão grandes que o setor privado nacional, mesmo que em parceria com o Estado, não teria condições de superar, o capital estrangeiro produtivo (via basicamente multinacionais), em articulação com o Estado e com o setor privado nacional, foi de vital importância para a superação destas descontinuidades e, conseqüentemente, para a efetiva industrialização do Brasil.

A segunda refere-se ao segundo capítulo é a seguinte: pelos dados apresentados naquele capítulo tem-se uma idéia clara de que o capital estrangeiro domina fortemente vários setores da economia brasileira, principalmente aqueles onde as exigências de capital, de tecnologias avançadas e as necessidades de gastos em P&D são maiores. Através desta conclusão pode-se vislumbrar a grande importância que as empresas multinacionais têm hoje na economia brasileira.

É exatamente sobre esta importância e sobre o domínio que as multinacionais exercem sobre os setores mais dinâmicos da economia brasileira que tratará esta parte do trabalho.

A presença do capital estrangeiro na economia brasileira é um fato inegável, irrefutável e irremediável.

Por um lado é fato que as empresas multinacionais dominam alguns dos setores mais importantes da economia brasileira, quais sejam, aqueles que utilizam as tecnologias mais avançadas; os ditos "setores de ponta" (informática, microeletrônica, telecomunicações, farmacêutica etc.). Estes setores são aqueles que deverão "puxar" o desenvolvimento e garantir a competitividade internacional do país no futuro e, neste sentido, o desenvolvimento do Brasil está, em certa medida, atrelado às multinacionais.

Por outro lado e apesar de a discussão sobre um possível padrão de financiamento internacional estar absolutamente em aberto, os investimentos diretos que as multinacionais por ventura façam no país podem vir a ser caminhos interessantes para a obtenção de recursos para a promoção do desenvolvimento interno.

Esses dois motivos permitem imaginar que talvez o capital estrangeiro produtivo seja motivo importante para o país no futuro.

Neste ponto pode-se perceber um problema significativo.

Constatado, através das considerações feitas anteriormente, que as multinacionais dominam setores de ponta da economia e que elas podem constituir-se em formas interessantes de superação das dificuldades de financiamento, cabe uma pergunta: como conciliar a atuação das multinacionais com um projeto de desenvolvimento econômico para o país? como submetê-las às diretrizes econômicas traçadas pelo governo? Essas questões, um resgate das preocupações sentidas por Celso Furtado e descritas no capítulo I, são feitas basicamente por dois motivos: primeiro, pelo fato de as multinacionais serem unidades autônomas de decisão, de terem grande capacidade de financiamento (assim não dependem de auxílio governamental) e de nem sempre terem os mesmos interesses que aqueles que existem por trás das diretrizes do governo; segundo, pelo poder financeiro e por aquele advindo do domínio sobre os setores tecnologicamente mais avançados o que lhes dá condições de tentarem influir nas decisões políticas e econômicas de modo que estas atendam seus próprios interesses.

Esse enorme poder possuído pelas multinacionais pode levar à perda de poder do governo como centro de decisões. Aqui pode-se notar que a influência das empresas estrangeiras pode conduzir a uma "Crise do Estado Nacional", onde o Estado perca o sentido de sua existência ou, pelo menos, tenha muitas dificuldades para se impor e traçar diretrizes nacionais para o país (essa discussão sobre a "Crise do Estado Nacional" merece atenção especial, mas infelizmente está atualmente além dos meus conhecimentos e fora da especificidade desta monografia).

Um exemplo claro do poder e da influência que as multinacionais podem exercer num país pode ser encontrado nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Como reportou a revista VEJA durante os trabalhos da Constituinte, os mecanismos de pressão dos "lobbies" foram muitas vezes sigilosos, mas eles certamente ocorreram por parte das multinacionais, a ponto do deputado Ulysses Guimarães, então presidente da Constituinte, proferir a seguinte frase: "O dólar não é o melhor caminho para se chegar ao Congresso." (1). Com certeza as multinacionais tentaram fazer valer seus interesses, pressionando em questões como: a definição de empresa nacional, a nacionalização da mineração, a proibição de novos contratos de risco para a prospecção de petróleo e as vantagens e benefícios que as empresas de capital nacional estavam recebendo (preferência para fornecimento ao governo, por exemplo).

Outro acontecimento relatado pela revista VEJA mostra a atuação das multinacionais sobre os parlamentares da Constituinte: "Horas depois (Ricardo) Fiuza jantou com outro grupo de empresários, entre eles Luís Eulálio Bueno Vidigal, ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, representantes da Shell, da Esso e da Câmara de Comércio Brasil-EUA, além do fazendeiro Ronaldo Caiado, líder do MDR - todos eles favoráveis à proposta do Centrão para a Ordem Econômica, na qual o capital estrangeiro recebera tratamento amigável." (2).

Constatado o poder e a influência das multinacionais, será muito importante encontrar formas de submetê-las a um possível projeto de desenvolvimento do governo de modo que os interesses da Nação sejam privilegiados.

O momento atual de transição presidencial é muito importante para se discutir a possibilidade e a viabilidade de se encontrar esses mecanismos de controle do capital estrangeiro, já que dependendo do presidente e do partido eleito, as multinacionais podem ter um tratamento diferenciado. Neste sentido é interessante a discussão dos programas de governo dos principais candidatos à presidência da República (Leonel Brizola, Mário Covas, Ulysses Guimarães, Fernando Collor e Luís Ignácio Lula da Silva) para se tentar sentir a intenção de cada partido no tratamento do capital estrangeiro vis-à-vis o desenvolvimento nacional.

A seguir serão expostas brevemente as propostas de cada um dos principais partidos políticos.

- P.D.T. (Leonel Brizola)

O P.D.T. propõe a "defesa das riquezas nacionais e o estabelecimento de limites claros para a atuação das multinacionais" e "o relacionamento com o capital estrangeiro baseado nos princípios da soberania e respeitado o interesse nacional." (3). É interessante notar que, no entanto, o P.D.T. não define quais são os limites para a atuação das multinacionais nem as formas de se relacionar com o capital estrangeiro e respeitar o interesse nacional ao mesmo tempo. Propõe também o fortalecimento das empresas nacionais através de "políticas de preferência nas compras governamentais, reserva de mercado para setores estratégicos, incentivos especiais controlados pela sociedade etc.". Esta proposta deve encontrar forte apoio em setores empresariais nacionais como as empreiteiras e o setor de informática; deve também encontrar muita resistência e crítica nos defensores do libera-

lismo econômico que vêm nessas medidas formas de benefício à incompetência e caminhos para se perpetuar a ineficiência nas empresas nacionais. É sem dúvida uma questão muito polêmica que carece ainda de muita discussão para que se encontre uma solução adequada que, ao mesmo tempo, dê proteção à empresa nacional, mas não proteja cartórios e a ineficiência a longo prazo.

- P.S.D.B. (Mário Covas)

O P.S.D.B. reconhece o fato de que os investimentos estrangeiros promovem a integração mundial e que o Brasil está nesse contexto internacional. Coloca que "a direção que o país deseja imprimir ao investimento estrangeiro define-se a partir das políticas industrial, tecnológica, comercial, cambial etc." e que "o governo deverá orientar a participação do capital externo na economia de acordo com os objetivos gerais de política econômica do país." (4), quais sejam: aumento de salário, melhoria da distribuição de renda, diversificação do parque industrial com aumento do componente tecnológico etc. O P.S.D.B. também deseja atrair "investimentos de pequenas e médias empresas estrangeiras com alta capacitação tecnológica, desde que elas transfiram tecnologias e insiram-se nas políticas de desenvolvimento estabelecidas pelo país.

Essas políticas de desenvolvimento buscarão o aumento da competitividade de empresas nacionais internamente e no exterior, sendo que estas deverão conseguir modernização tecnológica. O P.S.D.B. reconhece o fator tecnológico como decisivo na competitividade. Sendo assim, ele propõe fortes incentivos à capacitação tecnológica e ao in-

cremento da pesquisa (aumento da aplicação de recursos públicos na ciência para que em 5 anos estes atinjam 2% do PIB e sejam aplicados nas universidades e em "parques tecnológicos", reunindo universidades e empresas). O Estado terá um papel importante como agente financeiro para direcionar recursos para os investimentos necessários, além de selecionar setores onde, pelo fato de o ciclo de inovações tecnológicas ser muito rápido, "o esforço de capacitação nacional seja privilegiado e apoiado."

Ora, pelo exposto acima vê-se que o P.S.D.B. dará um tratamento ao capital estrangeiro muito associado às políticas industrial e tecnológica e tentará fazer com que esse adeque-se a estas. Essa intenção é muito válida e deve ser perseguida. No entanto, as propostas não são acompanhadas da descrição dos mecanismos para sua implementação. Por exemplo, não se define de onde o governo vai conseguir recursos para aplicar, até 1995, 2% do PIB em ciência e tecnologia; ou como atrair pequenas e médias empresas estrangeiras, fazendo com que transfiram tecnologia e, ao mesmo tempo, submetam-se às diretrizes da política de desenvolvimento estabelecida pelo país.

No fundo a questão: como submeter as multinacionais às diretrizes de política econômica traçadas pelo governo? não foi respondida, já que se tem, no programa do P.S.D.B., a elaboração de uma política industrial e de objetivos de política econômica onde o capital estrangeiro será orientado para atingir esses objetivos, como se fosse óbvio e natural que as multinacionais se submetessem aos ditames do governo, o que não ocorre necessariamente.

= P.M.D.B. (Ulysses Guimarães)

Talvez o P.M.D.B. seja o partido que tenha a análise mais realista e lúcida da inserção do Brasil no contexto econômico internacional e a visão mais moderna de como o país deve-se comportar dentro desse contexto para modernizar-se. Neste sentido, o P.M.D.B. rejeita posturas do tipo "estratégia de defesa de recursos naturais, proteção ao mercado interno e política externa de enfrentamento e ruptura com os países centrais, apoiada na solidariedade que deveria unir os países do terceiro mundo..." (5) para a emancipação nacional (estas posturas recebem o nome de "postura tradicional frente à questão nacional"). A postura tradicional deve ser substituída por uma postura moderna onde "a opção tradicional entre capital nacional e capital estrangeiro" não tem mais lugar; "a preocupação tradicional com as origens do capital cede lugar à preocupação com os resultados do capital. O capitalismo de resultado pode ser público ou privado, nacional ou estrangeiro: o que interessa é saber, em cada caso, que alternativa é mais proveitosa para o processo de realização dos objetivos nacionais de médio - longo prazo." Assim, o nacionalismo não mais se antagoniza com os interesses multinacionais; na postura moderna, o nacionalismo aproveita-se do sistema internacional, buscando parceiros no exterior e propondo formas de intercâmbio que sejam proveitosas para a Nação (a abertura do mercado interno deve ocorrer, mas desde que haja, em contrapartida, a ocupação de mercados externos pelo país). Apesar disso, o P.M.D.B. admite apoio governamental na forma de subsídios, incentivos etc. àquelas atividades que aumentem a competitividade e conquistem novos mercados para o país, desde que estas atividades promovam os objetivos nacionais em prazos estipulados. O P.M.D.B. é contra a manu-

tenção por tempo indeterminado de reservas de mercado; é favorável à proteção dos setores de ponta para permitir sua consolidação, ao aumento dos gastos em ciência e tecnologia e à utilização da demanda pública para garantir demanda estável para os setores prioritários (estes dois últimos pontos estão sujeitos às mesmas críticas e restrições já expostas nos comentários sobre os programas do P.S.D.B. e do P.D.T)

Algo que apenas o programa do P.M.D.B. reconhece explicitamente é que "as forças entreguistas, constituída pelas elites associadas a interesses dominantes no sistema internacional exercem uma influência desproporcional e exorbitante junto aos centros governamentais e às agências formadoras da opinião pública." Ou seja, reconhece que a influência do capital estrangeiro enfraquece o governo como centro de decisões e que é importantíssimo "ampliar a capacidade de decisão nacional" para o desenvolvimento econômico do país. Para o P.M.D.B. essa ampliação só será possível na medida em que se consolidarem práticas e instituições verdadeiramente democráticas, de modo que os interesses da maioria da população consigam impor-se aos da minoria.

Dessa forma, pode-se imaginar que a democracia seria um indicador do caminho a se seguir para se tentar conciliar a atuação das multinacionais com um projeto de desenvolvimento para o país. Mas será que mesmo um governo eleito democraticamente, com apoio e respaldo da maioria da população brasileira conseguiria tomar medidas efetivas para submeter as multinacionais a suas decisões? E quais seriam essas medidas? Estas são questões que o programa do P.M.D.B. não responde e que estão ainda em aberto.

— P.R.N. (Fernando Collor de Mello)

O programa do candidato Fernando Collor é aquele que trata a questão do capital estrangeiro e das formas de seu possível controle de maneira mais superficial. Um dos raros trechos que se refere explicitamente ao capital externo produtivo é este: "Um país como o nosso não pode temer os investimentos externos, para cuja aplicação haverá regras claras, definidas e estáveis. Eles são indispensáveis para suprir as deficiências de poupança interna e financiar a retomada do crescimento econômico. O capital privado, seja nacional ou externo será, portanto, convocado a assumir seu importante papel em meu projeto de desenvolvimento." (6)

Tem-se a impressão de que um universo cabe nessas palavras, já que nenhuma dessas "regras claras" foi citada ou sequer aludida. Sendo assim, essas regras podem determinar a abertura total ou irrestrita da economia brasileira ao capital externo como também a atuação do governo na proteção de setores prioritários, buscando aumentar a competitividade das empresas nacionais frente as estrangeiras.

É um discurso de palavras bonitas, mas infelizmente desprovido de conteúdo.

Outra intenção obscura de Fernando Collor é a atuação do Estado na abertura das "fronteiras aos nossos parceiros", pois não define os mecanismos e as regras que viriam nortear essa atitude.

Cabe também resaltar que, no programa de Collor, a atuação das multinacionais não está atrelada, como no de outros partidos, à definição de uma política industrial para o país. Ele reconhece que "a batalha pelo desenvolvimento não será vencida senão pela superação do 'gap' tecnológico que nos separa, de forma cada vez mais perigosa, do

mundo desenvolvido", mas não propõe nenhuma atitude concreta para essa superação; apenas realiza um discurso mais emotivo que racional, clamando os cientistas e pesquisadores brasileiros que vivem no exterior para que retornem ao Brasil e trabalhem aqui, pois terão os meios e condições necessários ao desenvolvimento de seu trabalho (ele também não diz como vai garantir isso).

- P.T. (Luís Ignácio Lula da Silva)

Também o P.T. propõe subordinar a presença do capital estrangeiro na atividade produtiva às prioridades de política econômica, mas, como os outros partidos, não define medidas para a implementação dessa estratégia. O acesso a fundos públicos e a atuação em áreas estratégicas ficarão reservadas a empresas de capital nacional. Adotar-se-ão também "medidas destinadas a conter a fuga de capitais especialmente remessas de lucro disfarçadas sob a forma de pagamentos de 'royalties', superfaturamento nas importações de insumos e subfaturamento nas exportações." (7).; aqui também não são explicitadas as medidas necessárias para se atingir esse objetivo.

Com relação à política industrial, o P.T. reconhece a importância da geração interna de tecnologia de ponta para o desenvolvimento do país. Na sua visão, os grandes grupos econômicos, entre eles as multinacionais, têm recebido grande proteção e amparo por parte do Estado. Para ele, grandes grupos "não devem receber subsídios do Estado, nem beneficiar-se de reservas de mercado disfarçadas (como a das montadoras de veículos). O P.T. defende uma seleção criteriosa e explícita "dos setores a serem beneficiados com algum tipo de benefício",

além de prazos determinados para que estes setores atinjam as metas a que se propuseram, de modo a não perpetuar os benefícios para setores ineficientes.

O P.T. propõe quatro critérios básicos para que se definam formas adequadas de apoio:

1º) - setores que empreguem direta ou indiretamente maior número de pessoas (setores tradicionais).

Esta proposta pode estar fora da realidade se considerarmos que os setores que "puxam" o crescimento econômico não são os tradicionais (têxtil, alimentos etc.), mas sim o setor de bens de capital e de consumo durável. Dessa forma, incentivar setores tradicionais não garante o crescimento autosustentado a longo prazo. Talvez fosse melhor e mais adequado incentivar os setores de bens de capital e de consumo durável para que os efeitos dinâmicos de seus crescimentos espalhassem-se pela economia e provocassem "por tabela" o crescimento dos setores tradicionais.

2º) - setores produtores de bens de consumo popular, cujos ganho de produtividade devem ser repassados aos preços.

3º) - "atividades necessárias para induzir aumentos de produtividade nos demais setores da economia (bens de capital, informática etc.)"

4º) - setores que desenvolvam tecnologias de importância estratégica para o país."

Analisadas as propostas dos cinco principais candidatos à presidência da República, pode-se concluir que os programas destes candidatos, apesar de na maioria das vezes apresentarem boas propostas para o desenvolvimento nacional, com a atuação das empresas multina-

cionais condicionada aos projetos de desenvolvimento, não especificam as medidas e atitudes que devem ser tomadas para que as empresas estrangeiras efetivamente se submetam às diretrizes governamentais e para que o governo seja fortalecido como centro de decisões.

Aqui cabe, no entanto, uma qualificação. O material de cada partido utilizado para a realização deste trabalho foi, de maneira geral, programas de governo sintéticos fornecidos pelos diretórios municipais e comitês eleitorais de cada candidato em Campinas. Neste sentido, é possível que nos programas de governo detalhados encontrem-se as respostas dos partidos às questões e às críticas aqui levantadas (o que seria excelente para o país).

Feito este trabalho deixando clara minha preocupação com o futuro do país. Torço para que o presidente eleito, seja ele qual for, tenha um plano de governo coerente, politicamente implantável, que esteja de acordo com o interesse da maioria da população e que possa dar soluções a todas as questões que hoje se levantam diante do país como uma barreira sobre o caminho rumo ao pleno desenvolvimento.

NOTAS DO CAPÍTULO 1

- (1) - ver M. C. TAVARES (1983), capítulo 1.
- (2) - ver R. PREBISCH (1951), capítulo 2.
- (3) - ver A. PINTO, In JOSÉ SERRA (1979), primeira parte.
- (4) - ver C. FURTADO (1969), primeira parte.
- (5) - cabe aqui qualificar esse abarrotamento na medida em que ele afeta apenas uma parcela da população, qual seja, aquela de renda mais alta. ANÍBAL PINTO argumenta que seria possível incorporar novos consumidores a esse mercado, mas isso não ocorreu porque os aumentos de renda tenderam a se concentrar nos grupos mais favorecidos. Em outras palavras, se houvesse melhor distribuição de renda e incorporação de consumidores potenciais marginalizados, segundo ANÍBAL PINTO, o país poderia continuar crescendo baseado nos setores tradicionais.
- (6) - ver J. M. C. de MELLO (1986), capítulo 2.
- (7) - esta visão do Prof. JOÃO MANUEL é compartilhada por M. C. TAVARES em obras mais recentes. Vide: *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. (tese de livre docência) e *Ciclo e Crise: o Movimento Recente da Industrialização Brasileira*. (tese de professora titular da UFRJ).
- (8) - uma reconstituição dos vários padrões de industrialização pode ser encontrada na tese do Prof. CARLOS ALONSO BARBOSA de OLIVEIRA de título: *O Processo de Industrialização: do Capitalismo Originário ao Atrasado*.
- (9) - sobre este assunto ver o trabalho do Prof. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO LESSA: *Quinze Anos de Política Econômica*.

(10) - ver S. HYMER (1983), a internacionalização do capital.

(11) - maiores detalhes sobre os motivos e processos de internacionalização das firmas européias e japonesas podem ser encontrados em trabalho do Prof. LUCIANO COUTINHO: Das Políticas de Recuperação à Segunda Guerra Mundial.

(12) - por estar nos marcos do pensamento cepalino, CELSO FURTADO também vê no capital estrangeiro, basicamente, a função de superar desequilíbrios externos. Apesar disso, sua visão é mais parecida com a de M. C. TAVARES do que com a de outros autores cepalinos tratados até aqui. Ele reconhece o processo de substituição de importações descrito por M. C. TAVARES. Para maiores detalhes ver: CELSO FURTADO, op. cit.

NOTAS DO CAPÍTULO 2

- (1) - P&D - Pesquisa e Desenvolvimento.
- (2) - ver - BNDES/DEEST: O Capital Estrangeiro na Indústria Brasileira: atualidade e perspectiva.
- (3) - ver - R. APPY: Capital Estrangeiro e Brasil: um dossiê.
- (4) - valor - acumulado registrado no Banco Central desde 1900.
- (5) - neste capítulo, as citações de textos sem explicitação do autor referem-se a citações do estudo do BNDES/DEEST de onde foram retirados a maioria dos dados deste capítulo.
- (6) - para os setores onde não havia dados sobre o faturamento das empresas, foram usados, como aproximação, dados a respeito da produção destas para determinar a participação das empresas multinacionais em cada setor.
- (7) - ver - MARGARIDA A. C. BAPTISTA: A Indústria Eletrônica de Consumo a Nível Internacional e no Brasil.

NOTAS DO EPÍLOGO

- (1) - Revista VEJA, 07/09/89, nº 36, p. 47
- (2) - Revista VEJA, 04/05/89, nº 18, p. 35
- (3) - Todos os trechos entre aspas do comentário do programa do P.D.T. foram retirados do documento intitulado "Chegou a Hora Leonel Brizola", elaborado pelo Movimento Nacional Leonel Brizola.
- (4) - Todos os trechos entre aspas do comentário do programa do P.S.D.B. foram retirados do exemplar da Coleção tucano, série Documentos Partidários, volume VI, de título "Os desafios do Brasil e o PSDB (síntese)".
- (5) - Todos os trechos entre aspas do comentário do programa do P.M.D.B. estão contidos no documento "PMDB - Programa partidário: proposta de São Paulo".
- (6) - Todos os trechos entre aspas do comentário do programa do P.R.N. referem-se ao documento intitulado: "Projeto Brasil Novo - propostas de Fernando Collor para reconstruir o Brasil".
- (7) - Todos os trechos entre aspas do comentário do programa do P.T. foram extraídos do fascículo "Brasil Urgente: Lula Presidente (economia)" e do documento de título "As bases do PAB" - ampli-

ação para a versão de trabalho do VI Encontro Nacional (Versão Preliminar).

Bibliografia

- APPY, Robert. Capital estrangeiro e Brasil: um dossiê. O VOLUME do capital estrangeiro no Brasil e PARA onde vai o capital estrangeiro? 1 ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1987, p. 24 - 48.

- ✓ - CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O capitalismo tardio. A PROBLEMÁTICA da industrialização retardatária. 8 ed. São Paulo, Brasiliense 1990, p. 96 - 122.

- COMISSÃO Nacional Lula-Bisol. Lula 82: Brasil urgente - Lula presidente (econômica). São Paulo, 1989. 24 p.

- COUTINHO, Luciano. Das políticas de recuperação à II guerra mundial. EC - 464 (mimeo). IE - UNICAMP.

- ✓ - FURTADO, Celso. Um projeto para o Brasil. A REFORMA das estruturas econômicas: ensaio de estratégia global. 5 ed. Rio de Janeiro, Saga, 1969, p. 13 - 85.

- HYMER, Stephen. Empresas multinacionais e internacionalização do capital. A INTERNACIONALIZAÇÃO do capital. 2 ed. Rio de Janeiro, Graal, 1983, p. 95 - 108.

- ✓ - LESSA, Carlos Francisco Theodoro Machado. Quinze anos de política econômica. São Paulo, Brasiliense, 1981. 173 p.

- MELO, Fernando Collor de. Projeto Brasil Novo. (discurso pronunciado na convenção nacional do PRN - Partido da Reconstrução Nacional. Brasília, 12 de julho de 1989).
- MOVIMENTO nacional Leonel Brizola. Chegou a hora Leonel Brizola. Brasília. MNLB. 1989
- ✓ - OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado. Campinas. Unicamp. 1985. 256 p. (tese IF - UNICAMP).
- O capital estrangeiro na indústria brasileira: atualidade e perspectiva. Rio de Janeiro. BNDES/DEEST. 1988. 181 p. (estudos BNDES, 10).
- ✓ - PINTO, Aníbal. Heterogeneidade estrutural e modelos de desenvolvimento recentes. In: SERRA, José (org.). América Latina - ensaios de interpretação econômica. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 44 - 82.
- PMDB. Programa partidário: proposta de São Paulo. São Paulo. PMDB. 1989.
- PREBISCH, Raul. Interpretação do processo de desenvolvimento econômico. Revista brasileira de economia. s.f., 5 (1), março, 1951, mimeo.
- PSDB. Os desafios do Brasil e o PSDB: síntese. Brasília. 1989. (coleção Tucano - série Documentos Partidários v.6)

- ✓ - TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. 2 ed. Campinas. Editora UNICAMP. 1986. 160 p.
- ✓ - TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. O PROCESSO de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina. 11 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1983, p. 29 - 58.
- TAVARES, Maria da Conceição. O movimento recente da industrialização brasileira. Rio de Janeiro . UFRJ. 1978. 196 p. (tese de Profa. Titular - UFRJ)
- UM Caminho Torto. VEJA. 02 de setembro de 1988. (36) : 46 a 51.
- VITÓRIA do Cartório. VEJA. 04 de maio de 1988. (18) : 32 a 37.